



Patricia Marlene Costa Silva

PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ACERCA
DO COMPORTAMENTO PREDATÓRIO DOS AGRESSORES
SEXUAIS.

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2012

Patricia Marlene Costa Silva

PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ACERCA
DO COMPORTAMENTO PREDATÓRIO DOS AGRESSORES
SEXUAIS.

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2012

Autor: Patrícia Marlene Costa Silva.

N.º de aluno: 24480.

Orientação: Professora Doutora Maria Francisca Rebocho.

Título: Percepções da população portuguesa acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais.

Porto, ____ de _____ de _____,
_____.

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Mestre em Psicologia Jurídica.

Resumo

Não obstante o aumento do volume de investigação acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais, a maior parte destes estudos tende a negligenciar a componente geográfica deste processo. Além disso, o papel dos factores situacionais e ambientais é constantemente ignorado, comprometendo o entendimento do evento criminal como um todo. Consequentemente, torna-se imperativo para os investigadores focarem-se cada vez mais na análise do comportamento criminal, especificamente no que diz respeito à dimensão geográfica do crime. Por outro lado, a maioria dos estudos da área do profiling geográfico e do processo de tomada de decisão geográfica focam-se no ponto de vista do ofensor, analisando o processo ofensivo com base nos seus relatos. Este estudo pretende avaliar as percepções da população portuguesa relativamente ao comportamento predatório dos agressores sexuais, através de uma amostra de 300 indivíduos: estudantes do ensino secundário e do ensino superior, adultos com menos de 65 anos e acima dessa idade, psicólogos e agentes da PSP. Os resultados demonstram que a maior parte dos participantes possuiu uma visão enviesada do comportamento predatório destes ofensores, sendo que apenas o grupo dos agentes da PSP apresenta resultados mais concordantes com a realidade portuguesa. Os resultados deste estudo podem ser relevantes para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção mais activas e ajustadas às especificidades dos diferentes grupos que compõem esta população.

Palavras-chave: criminologia ambiental, profiling geográfico, comportamento criminal, processo predatório, crimes sexuais.

Abstract

Despite the increase in research on the hunting behaviour of sexual predators, most studies tend to neglect the geographical component of this process. Thus, the role of situational and environmental factors is frequently overlooked, compromising the understanding of the criminal event as a whole. Therefore, is crucial for research to focus increasingly on the analysis of criminal behaviour, specifically in relation with the geographical dimension of crime. On the other hand, the majority of research in the geographical profiling and geographical decision-making process focuses on the offender's point of view, analysing the offense process based on his reports. This study aims at assessing the Portuguese population's perceptions regarding the hunting behaviour of sexual predators, by analysing a 300 participant's sample: high school and university students, adults under 65 years old and above that age, psychologists and police officers. Results demonstrate that most of the participants have a biased view of the hunting behaviour of sex offenders. Only the police officer group contradicts this tendency. The outcome of this study may be of relevance in the development of better and more active prevention and intervention strategies, adjusted to the specificities of the different population groups.

Key-words: environmental criminology, geographical profiling, criminal behavior, predatory process, sexual crimes.

“Violent criminals are predators – they search for human victims in manners similar to carnivores hunting for animal prey. And like wildlife, they employ various hunting styles in their efforts to seek out and attack victims.”

Rossmo, 2000, p. 135.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Maria Francisca Rebocho, por ser o meu suporte, por ter sempre uma palavra (ou duas... ou umas horas...) de apoio, de alento, de confiança e de amizade para comigo. Por ser a orientadora, a mentora e o ser humano que é, que acredita nos outros, que os faz dar o seu melhor, que olha sempre em frente e com optimismo, e por me contagiar com essa sua forma de ser. Por compreender os meus atrasos, os meus recuos, as minhas indecisões... Por aguentar os meus ataques de pânico momentâneos, os quais depois de um simples telefonema desapareciam... Por confiar no meu trabalho e, acima de tudo, por me obrigar a ser sempre mais e melhor! Sem o seu apoio e incentivo este projecto nunca teria saído da minha imaginação!

A família é uma fonte de suporte e apoio incondicional e, como tal, quero agradecer a todos os membros da minha família que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste projecto. Concretamente, quero agradecer à minha mãe, Manuela Cavaleiro, por apoiar, compreender e acreditar em mim todos os dias, desde sempre. Por me dar sermões intermináveis sempre que me via esmorecer e por me obrigar a ser forte face a qualquer adversidade. Por ser a minha fã número um (apesar de fingir que não...) e, essencialmente, por ser minha mãe e fazê-lo como o tem feito até hoje. Ao meu pai, Carlos Silva, pelo orgulho silencioso, porque há silêncios que dizem muito... Ao meu irmão, Nelson Silva, o meu “balde do lixo emocional” que aguenta o meu mau humor, as minhas horas descompensadas e as discussões intermináveis e sem nexos. E, por fim, mas não menos importante, à minha “irmã”, Marta Castillo, que é uma fonte de companheirismo, apoio, conforto e força incondicional. Porque com ela aprendi que a frase “longe da vista, mas perto do coração” estará presente até ao fim dos meus dias!

Os amigos são uma extensão da família biológica, indispensável e imprescindível. Como tal, quero agradecer a todos os meus amigos que de uma forma ou de outra, perto ou longe, contribuíram para o meu sucesso e se orgulham do meu trabalho. Em especial à Marta Monteiro, aquela pessoa para além especial, que apesar de longe está sempre perto, que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu própria duvidei. Por ser a amiga que é, daquelas que só se encontram uma vez na vida! Por ser uma fonte de orgulho para mim e por ficar feliz por cada passo em frente que dou. Essencialmente, por ser “a minha pessoa”. À Cátia Marques, por ser a minha “segunda mãe”, obrigando-me sempre a por os pés no chão e a trabalhar quando eu tenho ataques de preguiça... por ser uma fonte interminável de apoio emocional e se revelar uma amiga como existem poucas! E, para além de tudo isto, por discutir as tabelas de resultados comigo com uma paciência interminável!

Quero, também, agradecer a todos aqueles que, voluntariamente, se disponibilizaram a ceder os dados de que necessitei para levar adiante este trabalho. Assim como a todos aqueles que me permitiram fazer esta recolha em instituições às quais o meu acesso não era livre.

Por fim, e não em jeito de agradecimento, mas sim como homenagem, quero dedicar este trabalho e todo o meu esforço para o conseguir concretizar à minha avó, Olívia da Costa, por me inspirar todos os dias a ser mais e melhor! Sei o quanto ela estaria orgulhosa e como não posso dar-lhe um abraço para lhe agradecer o quanto ela fez por mim, e o quanto ela ainda faz, dedico-lhe este meu trabalho. Esteja onde estiver sempre foi e será o meu modelo. Espero um dia ser metade da mulher, da mãe, da avó e do ser humano que ela foi!

Índice

Introdução	1
Enquadramento teórico	4
Criminologia Ambiental	4
Teoria das actividades rotineiras	6
Teoria da escolha racional	9
Teoria dos padrões criminais	12
O Processo Predatório	17
Tipologias espaciais	17
A tipologia dos padrões predatórios de Rossmo	24
Crimes Sexuais em Criminologia Ambiental	27
Metodologia	42
Justificação e objectivo do estudo empírico	42
Procedimento	44
Método	45
Participantes	45
Variáveis sócio-demográficas	47
Variáveis de comportamento predatório	50
Medidas	52
Análises estatísticas	54
Resultados	55
Discussão de resultados	59
Conclusão	76
Referências bibliográficas	81

Índice de anexos

Anexo 1: Pedido de autorização de recolha de dados para adultos, estudantes do ensino superior e adultos com mais de 65 anos.

Anexo 2: Pedido de autorização de recolha de dados para estudantes do ensino secundário.

Anexo 3: Pedido de autorização para recolha de dados para psicólogos e agentes da PSP.

Anexo 4: Termo de consentimento informado para participantes com menos de 18 anos de idade.

Anexo 5: Questionário de recolha de dados para o estudo *Percepções da população portuguesa acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais*.

Anexo 6: Tabela 1 – Análise descritiva da variável *idade*.

Anexo 7: Tabela 2 – Frequências da variável *faixas etárias*.

Anexo 8: Tabela 3 – Frequências da variável *género*.

Anexo 9: Tabela 4 – Frequências da variável *habilitações literárias*.

Anexo 10: Tabela 5 – Frequências da variável *actividade profissional*.

Anexo 11: Tabela 6 – Frequências da variável *prevalência de doença mental*.

Anexo 12: Tabela 7 – Frequências da variável *diagnóstico da doença mental*.

Anexo 13: Tabela 8 – Frequência da variável *experiência prévia de vitimação*.

Anexo 14: Tabela 9 – Frequências da variável *antecedentes criminais*.

Anexo 15: Tabela 10 – Frequência da variável *método de procura de vítimas*.

Anexo 16: Tabela 11 – Frequências da variável *método de ataque às vítimas*.

Anexo 17: Tabela 12 – Frequências da variável *critério de selecção de vítimas*.

Anexo 18: Tabela 13 – Frequências da variável *premeditação do crime*.

Anexo 19: Tabela 14 – Frequências da variável *proximidade com a vítima*.

Anexo 20: Tabela 15 – Frequências da variável *motivo da escolha da proximidade*.

Anexo 21: Tabela 16 – Frequências da variável *abordagem utilizada*.

Anexo 22: Tabela 17 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao método de procura de vítimas.

Anexo 23: Tabela 18 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao método de ataque às vítimas

Anexo 24: Tabela 19 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao critério de selecção de vítimas.

Anexo 25: Tabela 20 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente à premeditação do crime.

Anexo 26: Tabela 21 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente à proximidade com a vítima.

Anexo 27: Tabela 22 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao motivo da escolha da proximidade.

Anexo 28: Tabela 23 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente à abordagem utilizada.

Introdução

A génese da criminologia remonta ao século XVIII e deve-se, essencialmente, ao desenvolvimento de conceitos como “crime” e “lei” pelos filósofos da época (Maguire, Morgan & Reiner, 2007). Ao longo dos séculos este conceito foi evoluindo, dando origem à noção de criminologia como a aplicação de diversas áreas do conhecimento para a análise do crime, da criminalidade e das suas causas. Porém, com esta evolução foi-se percebendo que a criminologia, na sua visão clássica, enfatiza o papel do ofensor, assim como o impacto que os factores biológicos, desenvolvimentais e sociais têm no mesmo (Rossmo, 2000; Wortley & Mazerolle, 2008), negligenciando os factores situacionais do evento criminal (Beauregard & Leclerc, 2007). De modo a tentar colmatar esta lacuna, e fundamentando-se na importância que o ambiente circundante assume aquando da investigação de um crime, Brantingham e Brantingham (1991) desenvolveram o conceito de criminologia ambiental, que se define como o estudo das dimensões temporal e espacial do crime.

Os perfis criminais, ou profiling, são uma ferramenta de investigação de carácter comportamental que pretende auxiliar os investigadores a prever e a definir, com alguma exactidão, o perfil de um determinado ofensor desconhecido, com base nas suas características individuais (Holmes & Holmes, 2008). Por sua vez, o profiling geográfico assume-se como uma metodologia de investigação criminal que analisa a localização de uma série de crimes relacionados entre si, com o objectivo de determinar a área com maior probabilidade de ser aquela em que o ofensor reside. Esta técnica é utilizada especialmente em casos de violações ou homicídios em série, podendo, em todo o caso, ser aplicada a outro tipo de crimes (Rossmo, 2000). Segundo Rossmo (2000), o ofensor desenvolve um padrão, composto por método de busca e de ataque às vítimas, que irá aplicar ao longo do processo predatório. Este modelo de selecção de

alvos foi desenvolvido sob a forma de tipologia de padrões predatórios, sendo relevante para a identificação de padrões espaciais de predadores em série.

A área da criminologia ambiental tem sido amplamente explorada, especialmente no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais (Beauregard, Proulx, Rossmo, Leclerc & Allaire, 2007a; Beauregard, Rossmo & Proulx, 2007b; Rebocho, 2009; Beauregard, Rebocho & Rossmo, 2010; Rebocho & Gonçalves, 2012), tentando, assim, colmatar a lacuna da maioria dos estudos que tendem a negligenciar a componente geográfica do crime e assumindo a motivação criminal como o foco primordial da investigação, comprometendo mesmo o entendimento do evento criminal como um todo. Assim, torna-se cada vez mais necessário desenvolver estudos que integrem as relações entre o *modus operandi* dos ofensores sexuais em série e a componente geográfica do crime. Embora já se tenha desenvolvido trabalhos neste âmbito em Portugal (Rebocho, 2009; Rebocho & Gonçalves, 2012), a maior parte dos estudos levados a cabo é de origem internacional. Deste modo, e tendo em conta a importância desta temática e a sua aplicabilidade prática, torna-se imperativo desenvolver investigação de nacionalidade portuguesa.

Este estudo pretende aferir as percepções de 300 elementos da população portuguesa relativamente ao comportamento predatório dos agressores sexuais em grupos específicos. O facto de não haver estudos acerca desta questão específica a nível nacional leva à necessidade de desenvolver um trabalho que permita averiguar o que é que a população em geral considera como sendo o comportamento usualmente tido pelos agressores sexuais, de forma a ser possível promover uma prevenção mais activa e direccionada aos diferentes grupos que constituem a nossa sociedade, relativamente aos possíveis comportamentos de risco a que as crenças acerca dos mesmos podem levar.

Para dar resposta aos objectivos propostos, este trabalho de investigação organiza-se segundo quatro capítulos distintos, que permitem obter um melhor entendimento dos conceitos em análise e, conseqüentemente, do seu impacto nos resultados obtidos. Assim, o capítulo inicial tem um carácter teórico e é composto por uma análise dos principais conceitos relacionados com a temática abordada. Segue-se o capítulo empírico, no qual é apresentado o estudo em si, numa vertente mais metodológica. Posteriormente, será apresentado um capítulo de resultados no qual é possível ver a apresentação dos resultados obtidos; e, finalmente, o capítulo destinado à discussão dos resultados obtidos, onde se pretende explorar, explicar e entender os mesmos, tendo em consideração o background teórico subjacente a este estudo.

Enquadramento teórico

Criminologia ambiental

Segundo Brantingham e Brantingham (1991), o evento criminal é composto por quatro elementos – a lei, o ofensor, o alvo e o local (situado no tempo e no espaço) – que constituem as quatro dimensões do crime, as quais devem ser entendidas e interpretadas tendo em conta um pano de fundo¹ situacional e histórico, cujas características sociais, económicas, políticas biológicas e físicas darão origem ao contexto no qual estes quatro elementos se relacionam. Assim sendo, Brantingham e Brantingham (1991) definem a criminologia ambiental como o estudo da quarta dimensão do crime, por outras palavras, o estudo das dimensões temporal e espacial do crime, em detrimento das características técnicas do próprio evento criminal, do ofensor e do (s) alvo (s).

Recuando ao estudo da criminalidade em contexto tradicional, percebe-se que o mesmo se foca na análise do ofensor, do seu *background*, da sua carreira criminal e dos efeitos dissuasores do crime (Rossmo, 2000), enfatizando o papel dos factores pessoais do ofensor, negligenciando o papel dos factores situacionais (Beauregard & Leclerc, 2007). Se por um lado, em contexto tradicional, o estudo da criminalidade assenta na explicação do impacto que os factores biológicos, desenvolvimentais e sociais têm no ofensor, numa perspectiva histórica e focando-se nas causas distais do crime, a perspectiva ambiental debruça-se sobre a dinâmica actual do crime, assumindo que o ofensor é apenas e unicamente um elemento do evento criminal. Assim sendo, esta abordagem assenta em três premissas fundamentais: o comportamento criminal é significativamente influenciado pela natureza do ambiente no qual o mesmo ocorre; a distribuição dos crimes no tempo e no espaço não acontece ao acaso, sendo padronizada

¹ No original *backcloth*.

de acordo com a localização de ambientes propícios à prática do crime – ambientes criminógenos; e, por fim, constituem-se como poderosas ferramentas para a investigação, controlo e prevenção da actividade criminal a compreensão do papel dos ambientes criminógenos e dos padrões criminais (Wortley & Mazerolle, 2008).

Posto isto, pode concluir-se que a criminologia ambiental, como a própria denominação indica, atribui ao ambiente um papel fundamental para o crime na medida em que afecta o comportamento criminal, sendo este resultado da conjugação de indivíduos e elementos criminógenos da cena de crime. Deve, também, referir-se que, segundo esta abordagem, os eventos criminais se encontram concentrados em torno de áreas específicas que apresentam oportunidades e características facilitadoras da actividade criminal (Brantingham & Brantingham, 1991; Rebocho, 2009).

Do leque de abordagens de carácter teórico que fundamentam a criminologia ambiental, destacam-se três: a teoria das actividades rotineiras, a teoria da escolha racional e a teoria dos padrões criminais. Apesar de cada uma destas abordagens enfatizar um aspecto do ambiente criminógeno em específico, todas elas são consensuais no que diz respeito ao nexos ambiental e à oportunidade criminal, uma vez que postulam que as oportunidades criminais dependem dos movimentos e actividades diárias dos ofensores e das vítimas (Rossmo, 2000). De um modo geral, e como Rossmo (2000) afirma, “a sociedade e a localização podem alterar e estruturar a oportunidade criminal, mas é o indivíduo quem escolhe ofender” (p. 112). Os modelos descritivos assumem-se como importantes na medida em que representam o nível mais fundamental da construção teórica, capturando os elementos essenciais do processo ofensivo (Polaschek, Hudson, Ward & Siegert, 2001).

Teoria das actividades rotineiras

Felson (2002) afirma que “o crime é uma actividade tangível dependente de outras actividades na vida quotidiana” (p. 165), ao mesmo tempo que define três princípios subjacentes à sua teoria do crime: o ofensor busca a obtenção de satisfação imediata e evitar o sofrimento eminente; as actividades de rotina estabelecem o ambiente para as escolhas ilegais que levam ao crime; e as invenções, por alterarem as rotinas, forçam o crime a ser alterado (Felson, 2002). A hipótese central que sustenta a teoria das actividades rotineiras destaca que “a probabilidade de uma violação ocorrer num qualquer local e momento específicos pode ser encarada como uma função da convergência de potenciais criminosos e alvos adequados, na ausência de guardiões capazes” (Cohen & Felson, 1979, p. 590), salientando a importância da convergência de três elementos criminais quase sempre presentes²: um potencial ofensor, um alvo adequado e a ausência de um guardião capaz face ao crime (Clarke & Felson, 1993).

Felson (2002) utiliza uma nomenclatura própria na sua teoria do crime, a qual carece de ser explicitada. Deste modo, este autor usa a palavra *violação*, *incidente* e *evento* em vez da palavra *crime*, com o intuito de evitar a ambiguidade da mesma, uma vez que a palavra *crime* tanto pode referir-se a um evento único ou uma categoria geral, enquanto que a palavra *violação* refere-se directamente a um evento. Com o termo *contacto directo* Felson (2002) pretende enfatizar a preocupação pelo contacto físico directo entre o ofensor e o *alvo*, palavra esta que substitui a palavra *vítima* como forma de evitar as implicações morais desta última, lidando com as pessoas da mesma forma que lida com a propriedade – objectos posicionados no tempo e no espaço. Por fim, o conceito de *motivação* passa a ser denominado por *inclinação*, sendo que o autor admite

² No original *almost-always elements*.

a existência deste conceito no âmbito dos eventos criminais, ao mesmo tempo que o considera um dado adquirido (Clarke & Felson, 1993).

Segundo Felson (2002) “o dia-a-dia instiga e limita potenciais ofensores, influenciando as suas decisões acerca do crime” (p. 35), sendo que, tal como Rossmo (2000) afirmou, um dos requisitos para a ocorrência de um crime predatório de contacto directo é a intersecção, no tempo, no espaço e num ambiente propício à actividade criminal, dos caminhos do ofensor e da vítima.

Esta abordagem admite que um potencial ofensor é alguém que, devido a determinada inclinação, pode cometer um crime, ao mesmo tempo que um alvo adequado é definido como qualquer pessoa ou objecto susceptível de ser tomado ou atacado pelo ofensor (Rebocho, 2009). Como elemento quase sempre presente numa cena de crime, e segundo Felson (2008), um alvo deve ter determinadas características específicas para que seja classificado como adequado. Deste modo, este autor utiliza o acrónimo VIVA³ para resumir essas características: (1) o valor ou a desejabilidade do alvo, o qual é obtido a partir do cálculo da perspectiva racional subjectiva do ofensor; (2) a inércia do alvo, que se refere a todos os aspectos que podem facilitar ou dificultar o transporte do mesmo (i.e. peso, mobilidade, resistência, existência de fechaduras, entre muitos outros); (3) a visibilidade do alvo, que identifica o alvo a atacar; e (4) a acessibilidade do alvo e a facilidade de fuga, que vão aumentar o risco de ataque.

O terceiro elemento quase sempre presente é o de guardião capaz, que se assume como alguém ou algo que impede a ocorrência de uma violação (Felson, 2008). Um guardião é alguém cuja mera presença serve para evitar que o ofensor tente sequer levar a cabo uma ofensa, pelo simples facto de que alguém esteja a observar, sendo assim afastada a ideia de que um guardião capaz seria alguém que usa uma arma (i.e. um

³ Designadamente *Value, Inertia, Visibility* e *Access*.

agente da polícia ou um vigilante), em detrimento dos cidadãos comuns que desempenham este papel involuntariamente enquanto decorrem as suas actividades diárias (Felson, 2002).

Mais tarde, a teoria das actividades rotineiras sofreu a introdução do conceito de controlador⁴. Assim, segundo Felson (1986) passa a ser necessário considerar quatro elementos mínimos: (1) um ofensor controlado, sendo este um indivíduo susceptível a regras sociais informais devido aos seus laços sociais; (2) um controlador íntimo, isto é, uma pessoa ou pessoas suficientemente próximas e com um conhecimento suficiente do potencial ofensor para o supervisionar, controlando-o; (3) um alvo adequado; e (4) um guardião capaz. Em suma, pode dizer-se que a dinâmica da ocorrência de uma violação passa por três etapas, nas quais o ofensor tem, primeiramente, que escapar ao controlador, para seguidamente encontrar um alvo adequado, cujo guardião está ausente (Felson, 2008).

Aos elementos quase sempre presentes foram, posteriormente, adicionados três elementos frequentemente importantes, os quais vão, também, contribuir para a ocorrência de uma violação: (1) qualquer tipo de adereços que contribuem para a produção ou prevenção do crime (i.e. armas ou ferramentas, entre outros); (2) qualquer tipo de camuflagem que permita ao ofensor não ser detectado; e (3) qualquer público que o ofensor pretenda impressionar ou intimidar (Felson, 2002). Devido ao dinamismo e constante transformação a que os ambientes criminógenos estão sujeitos, tendo em conta que eles não são fixos no tempo e no espaço, as oportunidades criminais e os resultados do crime sofrem alterações, bem como os três elementos quase sempre presentes e os três elementos frequentemente importantes que tanto podem estar presentes como ausentes num determinado tempo e espaço (Rebocho, 2009).

⁴ No original *handler*.

O modelo CRAVED⁵ de Clarke (Clarke & Eck, 2005), desenvolvido para produtos em procura, foi adaptado por Felson (2002), sendo aplicado a ofensores violentos, no qual se refere que “um ofensor violento geralmente necessita de ocultar [*concealable*] o acto violento, assim como os passos antes e depois do mesmo. Ele tem que se remover [*removable*] em segurança da cena de crime; obter um alvo humano conveniente e disponível [*available*] para o ataque violento; encontrar um alvo valioso [*valuable*] para ele; desfrutar [*enjoyable*] do acto criminoso, ou pelo menos evitar a dor, e livrar-se [*disposable*] de quaisquer indícios incriminatórios, e mesmo da vítima” (p. 32).

Posto isto, a teoria das actividades rotineiras assume que a ocorrência de um crime resulta da junção de determinados elementos, num ambiente particular, o qual adquire características criminógenas através da intersecção de um potencial ofensor com um alvo adequado, na ausência de um controlador eficaz e de um guardião capaz, no decurso das suas actividades de rotina diárias. A importância atribuída a esta junção de factores situacionais, assim como às actividades de rotina de ofensores e alvos, é salientada pelo estudo levado a cabo por Ouimet e Proulx (1994 cit. in Beauregard, Proulx & Rossmo, 2005) acerca do comportamento espacial e temporal de pedófilos, através do qual foi possível concluir que o risco de reincidência era maior quando as rotinas diárias dos ofensores os colocavam em contacto directo com os locais frequentados pelos seus alvos preferenciais.

Teoria da escolha racional

A teoria da escolha racional foi desenhada com o propósito específico de investigar o processo de tomada de decisão dos ofensores (Beauregard & Leclerc, 2007).

⁵ Designadamente *Concealable*, *Removable*, *Available*, *Valuable*, *Enjoyable* e *Disposable*.

Segundo esta abordagem, o crime é um comportamento intencional e deliberado, cujo objectivo é beneficiar o ofensor no que diz respeito às suas necessidades pessoais, gratificação sexual, excitação, autonomia, admiração, vingança, controlo, redução de tensão, bens materiais, entre outros (Clarke & Felson, 1993). Cornish (1993) referiu ainda que esta teoria aborda o crime e o comportamento criminal como o resultado de escolhas, as quais são influenciadas por uma avaliação racional dos esforços, recompensas e custos envolvidos em cursos de acção alternativos.

Porém, esta abordagem reflecte uma noção de racionalidade limitada, uma vez que o comportamento criminoso tem, muitas vezes, que ser levado a cabo sob circunstâncias que não são as ideais (Clarke & Felson, 1993), para além de que, tal como referiu Rossmo (2000), “racional não é igual a inteligente ou sofisticado” (p. 115). Assim, por mais rudimentares que sejam, estas escolhas e processos de tomada de decisão demonstram alguma racionalidade, ainda que esta seja limitada pelo tempo, capacidade e disponibilidade de informação relevante (Clarke & Felson, 1993). Por outro lado, esta perspectiva confere um papel fundamental ao processo de aprendizagem, uma vez que permite ao ofensor melhorar o seu processo de tomada de decisão, privilegiando a natureza interactiva, transaccional e adaptativa do ser humano (Rossmo, 2000; Cornish, 1993).

Por outro lado, e tendo em conta que crimes diferentes podem servir propósitos e necessidades distintas, assim como o contexto situacional da tomada de decisão e a informação a ser trabalhada variam marcadamente entre os crimes (Clarke & Felson, 1993), o enfoque explicativo subjacente à abordagem da escolha racional recai sobre o evento criminal em si, em detrimento dos ofensores (Cornish & Clarke, 1986).

Ainda ao nível das especificidades desta abordagem, importa salientar que, tanto as decisões ligadas ao envolvimento criminal de um indivíduo, como as decisões

referentes ao evento criminal são específicas de cada crime (Clarke & Felson, 1993). Neste sentido, o envolvimento criminal diz respeito aos processos de iniciação, habituação (ou continuação) e desistência de uma forma particular de crime, sendo que o processo de tomada de decisão subjacente aos mesmos é influenciado por um conjunto diverso de factores, estendendo-se por variadas etapas e ao longo de períodos substanciais de tempo (Clarke & Felson, 1993). Por outro lado, as decisões relacionadas com o evento criminal são exclusivamente centradas no crime, referindo-se a escolhas feitas durante a preparação, cometimento e conclusão do crime e levando apenas o tempo necessário para completar a actividade criminal, apesar de variar de crime para crime. Deste modo, a informação utilizada pelo ofensor é mais limitada às circunstâncias e situações imediatas, assim como os factores considerados que, também, se limitam às tarefas imediatas (i.e. selecção de alvos ou de local de crime) (Clarke & Felson, 1993; Cornish & Clarke, 2008).

Tendo em consideração os antecedentes do envolvimento criminal, assim como os processos de tomada de decisão que estão na base dos eventos criminais, a perspectiva da escolha racional confere uma visão ampla e não restritiva no que diz respeito à natureza da motivação criminal (Cornish, 1993). Esta abordagem afirma, também, que os componentes racionais que subjazem à tomada de decisão estão presentes até nas ofensas que aparentam ser motivadas por razões patológicas ou executadas de forma impulsiva (Cornish & Clarke, 1986).

Assim, e apesar dos ofensores sexuais serem frequentemente caracterizados como indivíduos irracionais, com baixo auto-controlo e que cometem crimes de forma impulsiva (Pithers, 1990 cit. in Beauregard & Leclerc, 2007; Simon & Zgoba, 2006), diversos estudos (Proulx, Ouimet & Lachaine, 1995 cit. in Beauregard & Leclerc, 2007; Beauregard & Leclerc, 2007; Beauregard, Proulx, Rossmo, Leclerc & Allaire, 2007a;

Beauregard, Rossmo & Proulx, 2007b) demonstram que os ofensores sexuais são *tomadores de decisões* que actuam de uma forma racional, embora por vezes limitada.

Teoria dos padrões criminais

Um padrão define-se como uma relação de inter-conectividade física ou conceptual entre objectos, processos e ideias (Rebocho, 2009). A noção de padrão, na perspectiva ambiental, está patente na caracterização dos eventos criminais, uma vez que estes são vistos como fenómenos complexos que podem ser entendidos através de um modelo de processamento de informação e de selecção de local de crime. Assim, tanto o crime como a decisão de o cometer são padronizados (Brantingham & Brantingham, 2008).

Brantingham e Brantingham (1991) postularam um modelo de selecção de locais de crime, o qual se baseia nos conceitos de oportunidade e motivação, em associação com as noções de mobilidade e percepção. Assim (Brantingham & Brantingham, 1991):

(1) Existem indivíduos motivados para cometer crimes específicos:

- As fontes de motivação são diversas e explicadas por diferentes modelos e teorias etiológicas;

- A força de tal motivação varia;

- O carácter de tal motivação varia, podendo ir de afectiva a instrumental.

(2) Dada a motivação de um indivíduo para cometer um crime, o cometimento do crime em si é o resultado de um processo de tomada de decisão em várias etapas que procura e identifica, dentro do ambiente em geral, um alvo ou vítima posicionado no tempo e no espaço:

- No caso de elevada motivação afectiva, o processo de decisão envolverá provavelmente um número mínimo de etapas;

- No caso de elevada motivação instrumental, o processo de decisão pode envolver diversas etapas e uma procura cuidadosa.

(3) O ambiente emite sinais, ou pistas, acerca das suas características físicas, espaciais, culturais, legais e psicológicas:

- Estes sinais podem variar, indo de generalizados a detalhados.

(4) Um indivíduo motivado para cometer um crime usa pistas, aprendidas através da experiência ou por transmissão social, do ambiente para localizar e identificar alvos ou vítimas.

(5) À medida que o conhecimento experiencial aumenta, um indivíduo motivado para cometer um crime aprende quais as pistas individuais, conjunto de pistas e sequência de pistas que estão associadas às “boas” vítimas ou alvos. Estas pistas, conjuntos de pistas ou sequência de pistas podem ser consideradas como um modelo que é utilizado na selecção de vítimas ou de alvos. Assim, as potenciais vítimas ou alvos são comparados com um modelo e aceites ou rejeitados dependendo da sua congruência com o referido modelo:

- O processo de construção de modelos, assim como o processo de busca, podem ser conduzidos conscientemente, ou podem ocorrer de forma inconsciente, de tal forma que o indivíduo não consegue articular a forma como estes ocorrem.

(6) Após ter sido estabelecido o modelo, este torna-se relativamente fixo, influenciando o comportamento de busca futuro e tornando-se, assim, auto-reforçado.

(7) Devido à multiplicidade de alvos ou vítimas, muitos potenciais modelos de selecção de local de crime poderiam ser construídos. Porém, e uma vez que a distribuição espacial e temporal dos ofensores e alvos ou vítimas não é regular, mas sim agrupada ou padronizada, e que a percepção ambiental humana possui algumas

propriedades universais, os modelos individuais têm determinadas semelhanças que são passíveis de ser identificadas (pp. 28-29).

Posto isto, importa salientar que este modelo é considerado aspacial, na medida em que os autores não se prendem com descrições das características espaciais do processo de busca ou dos padrões de selecção, sendo que estes pressupostos não são espacialmente específicos (Brantingham & Brantingham, 1991). Por outro lado, este modelo define os eventos criminais como o culminar de um processo de tomada de decisão, de natureza consciente, inconsciente ou mista, mas nunca de carácter aleatório ou imprevisível (Brantingham & Brantingham, 1993). Assim, o processo de tomada de decisão implica a existência de um indivíduo em estado de prontidão para o crime, cuja motivação e conhecimento são suficientes para ele perceber uma oportunidade criminal que surge dentro da sua área de actividade conhecida, no decurso das suas actividades não criminais ou através de uma busca activa de alvos, agindo sobre ela. A motivação e o estado de prontidão podem advir de numerosas fontes, assim como variar segundo diversos factores; no entanto, se esta prontidão levará ou não a um comportamento criminal em concreto vai depender do background psicológico, social e cultural do indivíduo, do seu contexto económico, do seu historial de actividades criminosas, assim como das oportunidades criminais disponíveis (Brantingham & Brantingham, 1993).

Uma análise deste modelo permite, ainda, perceber que, tanto a localização específica dos alvos, como os padrões de deslocação dos ofensores, assim como todas as variações às quais estes dois aspectos são sujeitos, assumem um papel fulcral no desenrolar dos eventos criminais, sendo que são as actividades de rotina que acabam por completar o quadro de oportunidades que levam à ocorrência de um crime (Brantingham & Brantingham, 1993).

Na perspectiva de Brantingham e Brantingham (1993), a percepção e a aprendizagem acerca do meio envolvente são essenciais, já que a adequação de um alvo vai depender tanto das suas características intrínsecas como dos factores que caracterizam o ambiente, sendo que estes factores vão contribuir para o desenvolvimento de uma imagem, a qual assume um papel fundamental no processo de escolha de um alvo. Estas imagens são identificadas como *modelos*, representando a percepção de determinados objectos, baseada em processos e contida num ambiente complexo, podendo variar em função do crime, do ofensor e do próprio contexto criminal. Os *modelos* são, normalmente, desenvolvidos através das percepções do ofensor acerca daquilo que deve considerado com um alvo adequado, num local e situação específica. Porém, a forma como cada indivíduo se envolve numa determinada actividade criminal, percebe e desenvolve uma imagem cognitiva acerca de um determinado contexto ambiental permite a construção de modelos gerais explicativos de padrões criminais específicos, dadas as semelhanças que apresentam (Brantingham & Brantingham, 1984, 1993, 2008).

A localização dos alvos e dos ofensores, normalmente, varia de acordo com o contexto temporal e espacial, assim como com as características específicas dos alvos (Brantingham & Brantingham, 1993). Diversos estudos (Bullock, 1955; Pokorny, 1965; Amir, 1971, cit. in Rebocho, 2009; Baldwin & Bottoms, 1976; Capone & Nichols, 1976; Canter & Larkin, 1993; Rossmo, 2000) demonstraram que a maior parte dos crimes ocorre a uma curta distância da casa do ofensor. Este padrão apresenta variações, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de ofensa; porém, todos são unânimes na medida em que apontam para uma diminuição do crime à medida que a distância entre o local do crime e a casa do ofensor aumenta. Este fenómeno designa-se por principio de

decadência com a distancia⁶ e explica-se pelo simples facto de que transpor a barreira da distância exige um esforço extra de tempo e dinheiro, sendo que, na eventualidade de se verificarem constrangimentos a este nível, distâncias menores tornam-se mais vantajosas (Brantingham & Brantingham, 1991; van der Kemp & van Kopper, 2007).

Outro conceito fundamental para a compreensão da teoria dos padrões criminais é o de zona de amortecimento⁷, o qual se refere à zona de criminalidade diminuída imediatamente em torno da casa, ou base, do ofensor, na qual ele evitará cometer crimes (Brantingham & Brantingham, 1991; van der Kemp & van Kopper, 2007) pois, segundo Brantingham e Brantingham (1991), apesar dos criminosos terem um maior conhecimento das zonas que estão mais próximas de sua casa, tendo, assim, uma maior probabilidade de encontrar alvos adequados, existe um maior risco de serem reconhecidos. Tal como qualquer indivíduo, o ofensor tem uma serie de actividades de rotina diária, as quais dão origem ao seu espaço de actividade⁸ – área na qual a maior parte das actividades são desenvolvidas, onde o indivíduo entra mais frequentemente em contacto com os outros e com o ambiente circundante – sendo a partir daí que ele desenvolve o seu espaço consciente⁹: todas as localizações sobre as quais o indivíduo tem um conhecimento acima do nível mínimo, mesmo sem os ter visitado (Brantingham & Brantingham, 1984; Clark, 1990 cit. in Beauregard et al., 2005). Tendo em conta este processo, bem como o facto de que os ofensores investem grande parte do seu tempo na busca de alvos, torna-se expectável que o seu espaço consciente seja expandido de forma a incluir pelo menos as margens das áreas residenciais e comerciais próximas dos nódulos de actividade, assim como daquelas localizadas ao longo dos trajectos entre nódulos (Brantingham & Brantingham, 1991). O espaço consciente não é um conceito

⁶ No original *distance decay*.

⁷ No original *buffer zone*.

⁸ No original *activity space*.

⁹ No original *awareness space*.

estático, mas sim dinâmico na medida em que a sua área aumenta sempre que novas localizações são descobertas e/ou nova informação é recolhida (Beauregard, et al., 2005). Assim, e tendo em conta que tanto as vítimas como os ofensores se movimentam no tempo e no espaço, um crime, por norma, ocorre em nódulos de actividade onde o espaço de actividade da vítima intersecta o espaço de actividade do ofensor (Brantingham & Brantingham, 2008).

Em suma, pode dizer-se que os crimes não se distribuem ao acaso no tempo e no espaço, devendo ser encarados como uma acção que ocorre num pano de fundo não estático, sendo que a probabilidade de um evento criminal ocorrer depende, não só do pano de fundo, mas também do local, da situação, da motivação criminal, dos padrões de actividades de rotina e da distribuição dos alvos (Rebocho, 2009). O pano de fundo ambiental conjuga as complexidades dos eventos criminais, as quais dão forma aos padrões criminais. A experiência passada, as intenções futuras, as actividades de rotina, os ritmos de vida e as limitações ambientais moldam a trajectória histórica própria que caracteriza cada um dos elementos envolvidos no evento criminal. E, deste modo, é a análise dos padrões formados dentro destas complexidades que contribui largamente para a compreensão do crime como um todo (Brantingham & Brantingham, 2008).

O Processo Predatório

Tipologias espaciais

As tipologias espaciais foram desenvolvidas com o intuito de explicar o comportamento geográfico dos ofensores. Diversos autores, como Holmes e De Burger (1998), Hickey (1991), Newton (1992), Ressler, Burgess e Douglas (1992), Canter e Larkin (1993), Hazelwood e Warren (2001) e Beauregard et al. (2005), realizaram estudos com base na análise de homicidas em serie, estabelecendo diferentes tipologias

que, embora tenham sido desenvolvidas especificamente para esta população, continuam a ser válidas para o estudo dos ofensores violentos em geral, incluindo os ofensores sexuais (Beuaregard et al., 2005).

O estudo desenvolvido por Holmes e De Burger (1988), no qual analisaram dados pertencentes a 110 homicidas em série, permitiu distinguir três tipos de ofensores em série: (1) geograficamente estáveis, (2) geograficamente móveis e (3) mistos. De um modo geral, os autores (Holmes & De Burger, 1988) salientaram como características comuns aos homicidas em análise o facto da relação entre o ofensor e a vítima ser inexistente ou limitada, assim como o facto destes crimes serem cometidos com base em motivações intrínsecas. Segundo esta tipologia, os homicidas geograficamente estáveis apresentam um nível elevado de organização, planeando o crime muito antes do mesmo ocorrer. As suas vítimas são, por norma, meros desconhecidos, encontradas através do seu espaço consciente, uma vez que este ofensor comete os seus crimes em áreas próximas da sua residência. A motivação associada a estes ofensores é, tendencialmente, de carácter sexual (Holmes & De Burger, 1988; Lundrigan & Canter, 2001). Por sua vez, os homicidas geograficamente móveis, tal como os anteriores, apresentam um padrão de crime altamente organizado, sendo usual procurarem vítimas desconhecidas, mas que apresentam determinados traços característicos, movendo-se de uma área para a outra na sua busca por alvos adequados. A motivação criminal associada a este tipo de ofensor é muito variável, podendo ir da emoção de matar ao desejo de obter controlo sobre as vítimas (Holmes & De Burger, 1988; Lundrigan & Canter, 2001). Por fim, a terceira categoria caracteriza-se por ser uma combinação entre as duas tipologias anteriores (Beauregard et al., 2005).

Hickey (1991) desenvolveu um estudo através do qual tentou perceber o comportamento dos homicidas em série. Assim, e tendo por base uma análise de 164

casos, Hickey (1991) distinguiu três tipos de homicidas: o (1) viajante ou móvel, que comete os seus crimes ao acaso, enquanto viajava de uma área para outra; o (2) local, que procura um determinado tipo de vítimas na sua área de residência; e, por fim, o (3) com local específico, que, por norma, actua em locais específicos, como casas de saúde, hospitais ou habitações privadas. Porém, Lundrigan e Canter (2001) apontam para a falta de alguma precisão desta classificação, uma vez que o autor (Hickey, 1991) não sugere nenhuma amplitude de distância que permita diferenciar as tipologias acima distinguidas.

Um estudo desenvolvido por Newton (1992), no qual foram analisados 357 homicidas em série, permitiu destacar três tipos de ofensores: (1) territorial, (2) nómada e (3) estático. Especificamente, o homicida territorial estabelece uma área definida, sendo raro desviar-se do seu objectivo; enquanto que o homicida nómada viaja extensivamente na sua busca por vítimas, deslocando-se de uma jurisdição para outra; e, por fim, o homicida estacionário comete os seus crimes em sua casa ou local de trabalho, sendo o local específico escolhido com base em critérios como a auto-protecção e a acessibilidade das vítimas.

O sistema de classificação desenvolvido pelo FBI¹⁰ baseia-se na informação obtida através da aplicação da lei e da análise de cenas de crime, sendo composto por duas tipologias de ofensores: organizado ou desorganizado. Esta classificação engloba factores como a selecção e estratégias de controlo de vítimas, assim como a sequência do crime (Ressler et al., 1992). De um modo geral, o ofensor organizado apresenta um padrão de comportamento altamente organizado, sendo o evento criminal cuidadosa e metodologicamente planeado e organizado, evitando ao máximo a sua detecção. Por norma, as suas vítimas são meros estranhos, apresentando, porém, características

¹⁰ Designadamente *Federal Bureau of Investigation*.

específicas. O método de abordagem e captura das vítimas passa pelo uso da persuasão verbal em detrimento da força física, sendo, também, frequente o uso de um veículo, próprio ou da vítima. A cena de crime típica de um ofensor organizado apresenta traços obsessivos e/ou compulsivos; o ofensor leva consigo a arma com a qual perpetra o crime, removendo-a da cena de crime, assim como outras provas e até mesmo o corpo da vítima (Ressler et al., 1992). Por outro lado, o ofensor desorganizado age por impulso, sendo este um crime, por norma, não planeado e cuja sofisticação é pouca, ou mesmo inexistente. As suas vítimas são encontradas dentro da sua área geográfica, no decurso das suas actividades de rotina, havendo a probabilidade de serem conhecidas do ofensor. Este opta, normalmente, por um ataque violento e repentino, onde prevalece a força física, havendo a tendência para o local de abordagem e do crime ser o mesmo. A cena de crime do ofensor desorganizado é, como o próprio nome indica, pautada por uma grande desordem, sendo frequente este indivíduo encontrar a arma do crime no próprio local, deixando-a lá, assim como o corpo da vítima (Ressler et al., 1992).

Tendo em conta que a selecção de alvos está altamente dependente o ambiente físico no qual decorre o crime, Canter e Larkin (1993) avaliaram duas hipóteses relativas ao comportamento espacial dos agressores sexuais. Recorrendo a uma amostra composta por 45 ofensores sexuais em série, responsáveis por 251 agressões sexuais, os autores (Canter & Larkin, 1993) testaram a hipótese do *marauder* e a hipótese do *commuter*. A hipótese do *marauder* sugere que os agressores usam a sua casa ou um local de actividade significativa como base, a partir da qual cometem os seus crimes. Esta hipótese implica a existência de uma sobreposição entre o território onde os crimes são cometidos e o território onde o ofensor exerce as suas actividades de rotina. Este modelo tem como corolário a noção de que quanto maior for a distância entre as cenas de crime, maior é a distância percorrida pelo ofensor desde a sua casa. Por outro lado, a

hipótese do *commuter* sugere que os ofensores viajam das suas casas para outro território para cometer os crimes, não existindo, assim, qualquer sobreposição entre a área onde os crimes são cometidos e a área de residência. Isto não implica que o território para onde os ofensores viajam lhes seja totalmente desconhecido, apenas se situa a uma distância considerável relativamente ao seu território não criminal (Canter e Larkin, 1993; Canter, 1996). Posteriormente, Canter (2003) verificou que entre metade a três quartos dos ofensores residem dentro da área definida por um círculo, cujo diâmetro une os seus dois crimes mais distantes. Esta constatação não implica, necessariamente, que os locais de crime de um ofensor se distribuam naturalmente numa forma circular, esta forma geométrica foi escolhida pelo autor pelo simples facto de que um círculo é a forma mais fácil de definir a área de um conjunto de pontos. Assim, e de acordo com este modelo, a hipótese do *marauder* colocaria o ofensor no interior no círculo, enquanto que a hipótese do *commuter* situaria o ofensor fora do círculo (Canter, 2003; van der Kemp & van Kopper, 2007). Porém, ao nível das limitações, Canter e Larkin (1993) apenas foram capazes de confirmar a hipótese do *marauder*, concluindo que a maior parte dos ofensores tinham cometido os crimes perto das suas habitações. Posteriormente, Canter (2003) tentou colmatar esta lacuna, afirmando que os *commuters* são definidos pela exclusão em detrimento da inclusão, reforçando, assim, as dificuldades enfrentadas na identificação e classificação destes ofensores.

Com o objectivo de auxiliar na identificação e organização dos parâmetros que pautam o comportamento criminal dos ofensores sexuais, Hazelwood e Warren (2001) distinguiram dois tipos de ofensores: o impulsivo e o ritualista. Assim, e de forma resumida, pode dizer-se que o ofensor impulsivo é um indivíduo criminalmente pouco sofisticado, pouco cuidadoso e preocupado com os riscos que o evento criminal pode

acarretar. Os crimes cometidos por si são pautados pela reactividade, desorganização e impulsividade, denotando-se o seu não planeamento, sendo geralmente cometidos numa área geográfica próxima da sua residência. Este ofensor não apresenta indicadores específicos de selecção de vítimas, procurando aquelas que lhe estão acessíveis, podendo ser conhecidas ou desconhecidas, as quais são encontradas no decurso das suas actividades diárias, no contexto de outros crimes ou em ambientes onde ele sabe que existe a possibilidade de encontrar potenciais vítimas. O ofensor impulsivo, por norma, opta por um estilo de abordagem que assenta na violência física, sendo que o seu objectivo é subjugar e obter controlo sobre a vítima. É usual este tipo de ofensor ter cadastro criminal, sendo que as ofensas que o compõem são dos mais variados níveis, estando também presentes algumas de carácter sexual (Hazelwood & Warren, 2001).

Por outro lado, o ofensor ritualista afigura-se como um indivíduo criminalmente sofisticado, cujo crime é planeado e ensaiado diversas vezes, com recurso às suas próprias fantasias. Apresenta critérios de selecção de vítimas extremamente específicos, fazendo longas viagens para encontrar determinados alvos e para cometer os seus crimes em locais distantes. Por norma apresenta, também, um comportamento paráfilico, sendo que, previamente, ensaia as suas fantasias com objectos inanimados, vestuário e imagens ou parceiros consensuais. O tipo e a sequência dos actos sexuais cometidos, assim como os níveis de força física usados, vão depender da sua motivação criminal. Importa, ainda, referir que este ofensor pode ou não ter cadastro criminal, sendo que se o tiver as ofensas que constam no mesmo serão, essencialmente, de carácter sexual (Hazelwood & Warren, 2001).

De um modo geral, e após uma análise das tipologias supracitadas, percebe-se que apesar das diferenças constatadas existem dois tipos de comportamento geográfico que se manifestam como comuns a todas elas, sendo eles o ofensor geograficamente

estável e o ofensor geograficamente móvel (Beauregard et al., 2005). Deste modo, o ofensor geograficamente estável tende a apresentar traços de personalidade anti-social, podendo necessitar de recorrer ao uso de álcool ou drogas para cometer os seus crimes, os quais são cometidos numa área pequena, perto do seu local de residência ou trabalho. Os crimes cometidos por si são espontâneos e pouco sofisticados, o que reflecte que os mesmos não foram planeados, recorrendo ao uso de elevados níveis de força física para abordar as suas vítimas, as quais são, por norma, pessoas conhecidas, que ele encontra no decurso das suas actividades diárias, e com características específicas. A cena de crime típica do ofensor geograficamente estável é pautada pela desorganização, sendo escolhida aleatoriamente; é frequente, também, encontrar na sua cena de crime a arma e o corpo da vítima, assim como outras pistas, o que indica que existe pouco cuidado da sua parte em evitar a detecção (Beauregard et al., 2005). Pelo contrário, o ofensor geograficamente móvel afigura-se como um indivíduo socialmente competente e, por norma, sem carreira criminal ou, no caso de a ter, relacionada exclusivamente com crimes sexuais. Os seus crimes são cometidos fora da sua área de residência, podendo mesmo percorrer longas distâncias de modo a evitar a sua detecção. Os crimes cometidos por este tipo de ofensor são exaustivamente planeados e sofisticados, havendo uma preparação prévia, sendo motivados pelas suas fantasias pessoais. As suas vítimas são, maioritariamente, desconhecidas e com poucos traços característicos específicos. A cena de crime do ofensor geograficamente móvel reflecte um controlo e organização total, na qual normalmente não são encontradas arma, pistas e mesmo o corpo da vítima, o qual é frequentemente transportado e escondido, uma vez mais como precaução para evitar a sua detecção (Beauregard et al., 2005).

A tipologia dos padrões predatórios de Rossmo

Diversos modelos tipológicos (Groth, 1978, 1979 cit. in Rebocho & Gonçalves, 2012; Knight & Prentky, 1990 cit. in Rebocho & Gonçalves, 2012; Hazelwood, 1995, 2001 cit. in Rebocho & Gonçalves, 2012) foram desenvolvidos com o objectivo de compreender melhor as dinâmicas complexas do processo do cometimento de um crime. No entanto, estas abordagens apresentam uma serie de limitações, como o facto de não contemplarem o evento criminal na sua totalidade (ofensor, vítima e contexto), partirem do pressuposto de que o processo de cometimento de um crime é estável, assumirem que as características pessoais do ofensor são os factores que mais influenciam este processo, terem como pressuposto a especialização dos ofensores sexuais, carecerem que pormenor no que diz respeito à complexidade que caracteriza cada etapa deste processo, negligenciarem os factores geográficos e, ainda, não explorarem a tomada de decisão subjacente (Beauregard, 2005, cit. in Rebocho & Gonçalves, 2012). Assim, na base do processo predatório do ofensor encontra-se um processo complexo de tomada de decisão composto por diversas etapas, cada uma das quais constituída por uma série de avaliações e escolhas. Todo este processo sofre a influência não só das características individuais e actividades do ofensor, mas também das características e actividades da vítima, do ambiente e das pistas situacionais. Por conseguinte, a análise do processo predatório deve considerar todos estes factores individualmente, bem como as suas interacções (Rebocho, 2009).

Apesar de grande parte da literatura se referir ao conceito de *local de crime* como uma localização única, é importante referir que a localização específica de uma cena de crime varia em função não só da selecção da vítima e das características do local de encontro, mas também em função do modo como o ofensor procura as suas

vítimas, bem como o seu nível de organização e mobilidade, podendo existir diversas localizações relacionadas com uma única ofensa (Rossmo, 1997).

Na concepção de Rossmo (2000) “os criminosos violentos são predadores – eles procuram as suas vítimas de forma similar à qual os animais caçam as suas presas” (p. 135), sendo que aquilo que distingue os alvos humanos dos outros alvos é, primeiramente, o facto das pessoas se movimentarem, assim como a necessidade delas serem controladas, havendo então a necessidade do ofensor utilizar métodos de busca e de ataque que lhe permitam contornar estes obstáculos (Rossmo, 2000). Deste modo, Rossmo (2000) concebeu um modelo de selecção de alvos sob a forma de uma tipologia de padrões predatórios, que representam os processos de busca e de ataque utilizados pelo ofensor, a qual assume uma importância relevante na identificação de padrões espaciais de predadores em série. Segundo o mesmo autor, o processo predatório é constituído por duas componentes específicas: a procura de uma vítima adequada e a utilização de um método de ataque eficaz, o que, recorrendo à teoria da geografia do crime, explica a abrangência deste modelo já que a procura de uma vítima adequada vai influenciar a selecção do local de encontro com a vítima, ao mesmo tempo que o método de ataque utilizado vai determinar o local de libertação da vítima ou de despejo do corpo. O padrão predatório proposto por Rossmo (1997, 2000) tem em consideração a componente comportamental e geográfica inerente a todos os crimes, reconhecendo, assim, a natureza dinâmica e a adaptabilidade das ofensas sexuais.

Posto isto, a tipologia dos padrões predatórios de Rossmo (1997, 2000) identifica quatro métodos de busca de vítimas: o *hunter*, o *poacher*, o *troller* e o *trapper*. Especificamente, o *hunter* geralmente comete os seus crimes dentro da sua área de residência, partindo da sua base e procurando vítimas adequadas dentro do seu espaço consciente. Por sua vez, o *poacher* comete crimes deslocando-se para fora da sua área

de residência ou operando a partir de um nóculo de actividade que não seja a sua base. O *troller* encontra as suas vítimas no decurso das suas actividades de rotina, sendo assim considerado um ofensor oportunista; os seus crimes são geralmente espontâneos, porém, em determinados casos eles podem fazer uso de um oportunismo premeditado, uma vez que podem já ter fantasiado ou planeado as suas ofensas, estando, por isso, preparados para agir quando a oportunidade surgir. Por fim, o *trapper* tem uma profissão, cargo ou posição que leva até si as potenciais vítimas, ou faz uso de subterfúgios para as atrair até sua casa ou a outro local que ele controla.

A tipologia de Rossmo (1997, 2000) fica completa com a identificação de três tipos de métodos de ataque distintos: o *raptor*, o *stalker* e o *ambusher*. Deste modo, o *raptor* ataca as suas vítimas quase imediatamente após o encontro; por sua vez, o *stalker* segue e observa as suas vítimas, esperando por um momento oportuno para as atacar; e por fim, o *ambusher* ataca as suas vítimas em locais sobre os quais tem considerável controlo (i.e. a sua residência ou o seu local de trabalho). Deve, ainda, acrescentar-se que se verifica uma tendência para os ofensores adoptarem um destes métodos, assim como uma tendência para determinados estilos predatórios, em detrimentos de outros, ou seja, é mais comum observar-se uma combinação *hunter/raptor* ou *trapper/ambusher* do que *hunter/ambusher* ou *trapper/raptor* (Rossmo, 1997, 2000; Beauregard, Rebocho & Rossmo, 2010).

O modelo explicativo de Rossmo (1997, 2000) apresenta diversos pontos fortes, como o facto de ter em consideração as componentes ambiental e geográfica inerentes a cada crime, ao mesmo tempo que o conceito de padrão predatório proposto por si dá relevo à natureza dinâmica e à adaptabilidade das ofensas sexuais; assim como identifica as combinações de métodos de busca de vítimas e de métodos de ataque mais comuns (Beauregard, Proulx, Rossmo, Leclerc & Allaire, 2007a; Rebocho, 2009).

Porém, como todos os modelos teóricos, também este apresenta limitações, especialmente no âmbito dos parâmetros da tomada de decisão do ofensor, mais concretamente no que se refere ao terreno de caça¹¹ de vítimas (referindo-se, assim, ao local onde o ofensor procura as suas vítimas), a selecção das vítimas, às estratégias de abordagem e de cometimento do crime e aos métodos de deslocação (Beauregard et al., 2007a; Rebocho, 2009; Beauregard et al., 2010)

Crimes Sexuais na Perspectiva da Criminologia Ambiental

No âmbito de um estudo desenvolvido por Beauregard et al. (2007a) foi analisado o processo predatório dos ofensores sexuais através de uma *abordagem em script*¹²; os scripts criminais dizem respeito a uma sequência completa de decisões instrumentais e acções levadas a cabo ao longo do acto criminoso, enquanto que o conceito de *trajectórias*¹³ se refere às variantes de um script genérico que permitem ao indivíduo lidar com as diferenças nos procedimentos específicos. Deste modo, estes scripts criminais tornam-se semelhantes aos modelos descritos por Brantingham e Brantingham (1978 cit. in Beauregard et al., 2010). Foi, então, analisada uma amostra de 72 ofensores sexuais em série, responsáveis por 361 crimes, a cumprir pena de prisão efectiva, com o objectivo de identificar os *scripts* presentes no processo ofensivo, assim como fazer a identificação das variáveis chave dos mesmos. Os resultados obtidos permitiram distinguir três tipos de scripts: o *script coercivo*, o *script manipulativo* e o *script não persuasivo*¹⁴ (Beauregard et al., 2007a).

O *script coercivo* é composto por duas trajectórias distintas: a trajectória de violação por invasão de domicílio e a trajectória de violação no exterior.

¹¹ No original *hunting field*.

¹² No original *Script Approach*.

¹³ No original *Tracks*.

¹⁴ No original *Coercive Script, Manipulative Script e Nonpersuasive Script*.

Especificamente, na trajectória de violação por invasão de domicílio o ofensor opta por invadir o domicílio da vítima, sendo nesse mesmo local que ele a ataca, ofende e liberta. A abordagem e a própria ofensa são pautadas por níveis elevados de violência física, com eventual recurso a ameaças. Através do uso deste tipo de trajectória o ofensor minimiza o risco de apreensão, ao mesmo tempo que maximiza os seus ganhos, no que diz respeito ao número de violações bem sucedidas e repetição de violações bem sucedidas. Por outro lado, a trajectória de violação no exterior faz referência ao ofensor que opta por uma emboscada ou ataque directo, num local que não lhe é familiar, assim como à vítima, e que serve de cenário para a ofensa propriamente dita. A dinâmica de violação é, uma vez mais, pautada pelo uso de níveis elevados de força física e recurso a ameaças, expondo o ofensor a um maior número de riscos ao mesmo tempo que lhe proporciona um número mais reduzido de benefícios (Beauregard et al., 2007a).

Assim, ao nível do *script coercivo*, é possível perceber que variáveis como a oportunidade, a motivação do ofensor e a presença ou ausência de um guardião capaz vão influenciar a escolha de uma trajectória em detrimento da outra. Por outro lado, percebe-se, também, que ambas as trajectórias apresentam a mesma combinação de método de procura e ataque de vítimas – *hunter/raptor* – diferindo essencialmente no que diz respeito à escolha do terreno de caça e do local do crime (Beauregard et al., 2007a).

O *script manipulativo* é, igualmente, composto por duas trajectórias criminais: a trajectória de violação sofisticada e a trajectória de violação por infiltração familiar. Assim, o ofensor que adopta uma trajectória de violação sofisticada cria oportunidades ou desloca-se para locais onde sabe que as mesmas existem para armar uma emboscada às suas vítimas, sendo estas oportunidades criadas através da sua ocupação. Esta trajectória é pautada por um oportunismo premeditado, sendo que o autor do crime

despende uma quantidade de tempo considerável na sua preparação e na selecção do seu alvo. Por norma, o local de encontro entre o ofensor e a vítima é um local público, sendo o local do crime privado e familiar apenas para o ofensor; por fim, o local de libertação da vítima é, novamente, um local público, frequentemente o mesmo onde se deu o encontro. Das estratégias usadas para cometer o crime, destaca-se a manipulação, a sedução, bem como o uso de jogos e truques para ganhar a confiança da vítima. Por sua vez, a trajectória de violação por infiltração na família pressupõe que o agressor se infiltre no seio familiar através da sua ocupação profissional para assim encontrar as suas vítimas. Apesar de ele encontrar as vítimas em locais que são familiares para elas, o agressor que segue este tipo de trajectória comete os seus crimes em locais que apenas são familiares para si, dos quais ele detém o controlo e se sente seguro. As estratégias mais utilizadas são o aliciamento com dinheiro ou presentes, assim como o uso de álcool ou drogas, com o objectivo de tornar a vítima vulnerável (Beauregard et al., 2007a).

Relativamente aos métodos de busca e de ataque às vítimas, tanto a trajectória de violação sofisticada como a trajectória de violação por infiltração familiar adoptam a combinação *trapper/ambusher*, da mesma forma que em ambas o ofensor faz uso da sua ocupação profissional ou posição para encontrar as suas vítimas (Beauregard et al., 2007a).

Por fim, o *script não persuasivo* inclui, unicamente, a trajectória de violação por acção directa, cujo requisito mínimo para a ocorrência do crime é a existência de uma oportunidade. Esta trajectória diz respeito a um crime pouco sofisticado e espontâneo, no qual o ofensor investiu pouco ou nada. Por norma, o local de procura, de ataque e de libertação da vítima é o mesmo, tratando-se de uma localização pública, mas interior, o que lhe confere um baixo risco de apreensão. Esta trajectória apresenta, assim, um

método de procura e de ataque às vítimas característico: *troller/raptor* (Beauregard et al., 2007a).

Ao nível dos contributos, este estudo permitiu relacionar os estilos predatórios e os métodos de ataque com os tipos de localização do crime, assim como identificar as situações em que a análise da relação entre o espaço de actividade do ofensor e a localização geográfica do crime é apropriada. Permitiu, também, explorar o espaço consciente do ofensor, restringir ou monitorizar o acesso a áreas não supervisionadas, onde os ofensores podem fazer uso da sua ocupação ou posição para cometer os seus crimes, e destacar a importância das variáveis geográficas no processo predatório dos ofensores sexuais em série. Através de estudo percebeu-se, ainda, que a selecção de alvos está altamente dependente do ambiente físico, sendo possível apreciar a interacção entre os aspectos comportamentais e geográficos do comportamento criminal, enfatizando a natureza interaccional, transaccional e adaptativa do comportamento humano, bem como a padronização da distribuição espacial e temporal de ofensores e vítimas (Beauregard et al., 2007a).

No que diz respeito às limitações, Beauregard et al. (2007a) salientaram o facto da sua amostra ser de reduzidas dimensões, assim como só incluir ofensores que estavam encarcerados, o que poderá ter comprometido a validade externa dos seus dados, já que não foi possível apurar até que ponto os ofensores sexuais em série que estavam em liberdade teriam agido da mesma forma que aqueles que foram entrevistados. Por fim, apesar do processo dinâmico dos padrões predatórios, os dados recolhidos referiam-se apenas à principal estratégia usada pelos ofensores em cada fase do crime.

Posteriormente, num estudo levado a cabo por Beauregard, Rossmo e Proulx (2007b), e com recurso à mesma amostra que foi utilizada no estudo supracitado, foi identificado um modelo descritivo que permitiu desenvolver o conceito de *processo predatório*, o qual inclui os padrões criminais de Rossmo (1997, 2000), assim como aspectos cognitivos, comportamentais e geográficos do crime sexual. Este modelo, que foi desenvolvido a partir da teoria da escolha racional, permite-nos obter um melhor entendimento das escolhas feitas pelo ofensor, ao mesmo tempo que pretende colmatar as limitações dos padrões predatórios propostos por Rossmo (1997, 2000), sendo composto por nove fases distintas: (1) análise das actividades de rotina dos ofensores e das vítimas, (2) escolha do campo de caça, (3) selecção da vítima, (4) método de abordagem, (5) escolha do local de ataque, (6) método de levar as vítimas até ao local do crime, (7) escolha do local do crime, (8) método de cometer o crime e (9) escolha do local de libertação da vítima.

Através deste estudo, Beauregard et al. (2007b) perceberam que no que se refere às actividades de rotina dos ofensores, a maior parte (54%) estava envolvido em actividades não criminais, enquanto que no que diz respeito às actividades das vítimas, na sua maioria (39%) estavam a deslocar-se de um local para outro. Relativamente à escolha do campo de caça, mais de metade (57%) dos indivíduos caça as suas vítimas em locais específicos, preferencialmente locais públicos que frequentam com alguma assiduidade. No que diz respeito à selecção de vítimas, grande parte dos ofensores (74%) escolhe uma vítima específica, sendo que o factor que mais contribui para essa escolha é a localização e a disponibilidade do alvo (45%). O método de abordagem às vítimas mais utilizado é o embuste ou falsa identidade (48%) e a maioria (35%) escolheu como local de ataque uma área isolada. Relativamente ao método de levar as vítimas até ao local do crime, a maior parte dos ofensores (41%) não deslocou as suas

vítimas do local de encontro, cometendo a ofensa ali mesmo; porém, dos que as moveram, 35% fê-lo enganando-as. No que se refere ao local do crime, e como já foi referido anteriormente, em 41 % dos casos o local do crime é o mesmo do local de encontro; no entanto, daqueles que se deslocaram para outro local que não o de encontro, a maioria escolheu aquela área em específico devido a ser o local de residência da vítima ou por ser um local isolado. No que concerne ao método de cometer o crime, a maior parte dos ofensores (52%) adopta a violência física como método preferencial, seguido das ameaças (25%). Por fim, relativamente à escolha do local de libertação da vítima, 79% dos ofensores opta por deixar as suas vítimas no local do crime (Beauregard et al., 2007b).

Com o objectivo de fornecer um modelo descritivo das componentes específicas do processo ofensivo, Beauregard et al. (2007b) conseguiram, uma vez mais, salientar a noção de geografia do crime, proporcionando um entendimento mais amplo da relação existente entre as componentes geográfica e comportamental da ofensa sexual. O modelo predatório identificado permitiu, também, investigar componentes que se afiguraram como fundamentais para o processo ofensivo dos agressores sexuais em série, podendo ser utilizado em programas de tratamento específicos. Os autores deste estudo perceberam que o processo de tomada de decisão subjacente ao processo predatório está dependente de diversas variáveis – como a estratégia adoptada pelo ofensor, o tipo de vítima e a sua reacção, e o contexto situacional e ambiental em que decorre o crime – e que os níveis de violência vão sendo intensificados à medida que o evento criminal avança. Finalmente, concluíram que as diferentes componentes do modelo podem ser utilizadas em estratégias de prevenção do crime.

Na linha do que foi referido relativamente ao estudo anterior, as limitações subjacentes a este estudo fazem referência ao tamanho reduzido da amostra, assim como

à validade externa dos resultados. Por outro lado, a metodologia de recolha de dados baseou-se, unicamente, em auto-relatos retrospectivos, não permitindo a análise de todas as relações existentes entre cada uma das componentes e fases que constituem o modelo proposto (Beauregard et al., 2007b).

Rebocho (2009), na sua dissertação de doutoramento, analisou uma amostra de 216 reclusos condenados por crimes sexuais, envolvendo contacto directo com as vítimas. Este estudo teve como objectivos examinar e comparar o comportamento predatório e o *modus operandi* de violadores e abusadores sexuais de menores; identificar os padrões de comportamento predatório e testar quais os padrões associados a cada tipo de ofensor; e examinar as relações entre o *modus operandi* e o processo de tomada de decisão geográfica e os padrões de comportamento predatório emergentes. Esta análise, cuja relevância recai sobre as teorias da criminologia ambiental, permitiu-lhe distinguir três tipos de ofensores sexuais: manipulativo, oportunista e coercivo.

Segundo Rebocho (2009), o ofensor manipulativo adopta um comportamento predatório pautado pela premeditação, assim como um processo de selecção de vítimas padronizado e sem ser ao acaso. Por norma, as suas vítimas são conhecidas, havendo uma relação prévia entre agressor e vítima, já que na maior parte das vezes a última pode ser um mero conhecido, um vizinho, ou mesmo um familiar próximo; estas vítimas são encontradas no decurso das suas actividades de rotina, dentro de sua casa, vizinhança ou local de trabalho, ou entre estes nódulos de actividade, sendo atraídas pelo ofensor para um local onde este detém o controlo. Os métodos de busca preferenciais utilizados pelo ofensor manipulativo, segundo a tipologia de Rossmo (1997, 2000), são *trapper* e *troller*, e o método preferencial de ataque é o *ambusher*. Frequentemente optam por uma abordagem não persuasiva, não tendo nenhuma

estratégia em particular definida e agindo directamente sobre a vítima; porém, podem, também, adoptar uma abordagem do tipo manipulativo, iludindo ou enganando as suas vítimas. Não é comum o uso de armas ou força física por parte do ofensor manipulativo para cometer o crime, assim como não têm tendência para infligir danos físicos graves nas suas vítimas. Este ofensor encontra, ataca, comete o crime e liberta a vítima, por norma, numa área residencial ou numa localização interior, sendo esta frequentemente a sua casa ou a da vítima. Não raptam os seus alvos nem utilizam veículo para cometer o crime, uma vez que tal não se mostra necessário devido à proximidade relacional e espacial das suas vítimas. Deste modo, e apesar deste ser um ofensor organizado e cujo crime é premeditado, devido às características da geografia do crime assim como as características dos seus alvos, o ofensor manipulativo tende a expor-se a elevados riscos de apreensão.

Por sua vez, o ofensor oportunista caracteriza-se pelo polimorfismo sexual, sendo caracterizado como um ofensor versátil ou *crossover*, uma vez que os seus padrões criminais variam através de diversas dimensões (e.g. idade e género da vítima, relação ofensor – vítima e natureza dos actos criminais cometidos) (Rebocho, 2009; Lussier, Leclerc, Healey & Proulx, 2008), ao mesmo tempo que demonstram pouca preocupação com a premeditação do crime e com a selecção das vítimas. Os seus alvos podem ser conhecidos ou desconhecidos, uma vez que o ofensor oportunista pode sair de casa com o propósito definido de cometer o crime ou, por outro lado, encontrar um alvo adequado, por acaso, no decurso das suas actividades de rotina. Deste modo, o critério de selecção de alvos deste tipo de ofensor baseia-se essencialmente na oportunidade, em detrimento das características do alvo. A escolha do método de busca de vítimas vai, mais uma vez, depender da oportunidade criminal, ou seja, o seu método de busca preferencial, fazendo referência à tipologia de Rossmo (1997, 2000) é o

poacher, podendo também utilizar o estilo *hunter* ou *troller*. A opção que o ofensor faz no que concerne ao método de ataque utilizado vai depender das características da cena de crime, da possibilidade de apreensão e das características da vítima, podendo variar entre o *ambusher* ou *raptor*. O tipo de abordagem preferencial é o manipulativo, embora também possa fazer uso de uma abordagem não persuasiva, quando as características do local do crime e da vítima assim o exigem. Por norma, estabelecem uma relação hostil com as suas vítimas, tendendo a infligir-lhes sérios danos físicos; porém, não são propensos à utilização de armas para cometer os seus crimes, sendo mais frequente o uso de força física. Os locais de encontro, ataque, crime e libertação da vítima normalmente não são coincidentes, apresentando um baixo risco de apreensão (e.g. ruas desertas, instalações industriais abandonadas ou isoladas, ou localizações exteriores remotas), sendo que o ofensor oportunista tende a raptar as suas vítimas, fazendo uso de um veículo para cometer os seus crimes. Assim sendo, este é um ofensor caracterizado pelo sentido de oportunidade, cujas escolhas criminais se baseiam, essencialmente, em factores ambientais e situacionais (Rebocho, 2009).

Por fim, o ofensor coercivo, na perspectiva de Rebocho (2009), é o mais violento destes três tipos distinguidos pela autora. As ofensas perpetradas por este tipo de ofensor não são, regra geral, premeditadas, sendo que as suas vítimas são, por norma, estranhos, os quais não são sujeitos a selecção prévia. O ofensor coercivo busca as suas vítimas em cidades vizinhas, na residência das mesmas, ou em locais específicos (e.g. zonas de prostituição). Preferencialmente, o método de busca que este ofensor usa é o *hunter*, podendo, também, adoptar o método *poacher*; no que se refere ao método de ataque, o ofensor coercivo adopta mais frequentemente o estilo *stalker*, e eventualmente o método *raptor*. Tal como acontece com o ofensor oportunista, também a tomada de decisão, no que se refere ao ataque, do ofensor coercivo é influenciada pela

oportunidade e pelas características do local do encontro. Tal como a designação indica, a abordagem utilizada por este tipo de ofensores é do tipo coercivo, forçando a vítima física ou verbalmente, podendo, também, ser do tipo manipulativo, em casos específicos (e.g. idosos, pessoas com deficiência mental, alcoolizadas ou sob o efeito de drogas); a relação estabelecida entre o ofensor e o alvo é pautada pela hostilidade, sendo, este último, vítima de graves danos físicos. O agressor coercivo tende a fazer uso de uma arma para intimidar a vítima, em detrimento da força física, sendo estas, por norma, raptadas com recurso ao uso de um veículo.

Este estudo enfatizou os aspectos geográficos do crime, possibilitou um melhor entendimento da relação existente entre as componentes geográfica e comportamental da ofensa sexual, ao mesmo tempo que permitiu a análise das componentes relevantes do processo ofensivo levado a cabo pelos ofensores sexuais (Rebocho, 2009). Os resultados obtidos demonstram que a tomada de decisão geográfica é consistente no que se refere ao local de encontro, de ataque, do crime e de libertação da vítima, coerente com o tipo de localização e significativamente diferente entre os tipos de ofensor (Rebocho, 2009). Demonstram, também, concordância com a tipologia predatória estabelecida por Rossmo (1997, 2000), assim como com o modelo dinâmico de selecção de local de crime desenvolvido por Brantingham e Brantingham (1984, 1993). Por fim, os resultados obtidos corroboram a hipótese levantada por Rossmo (1997, 2000), na medida em que as combinações mais prováveis de métodos de busca de vítimas e de métodos de ataque foram observadas nestes três tipos de ofensores. Estes resultados podem ter diversas implicações no âmbito da intervenção clínica com ofensores sexuais, assim como para o desenvolvimento de estratégias de prevenção do crime e para o estabelecimento do profiling psicológico e geográfico do ofensor (Rebocho, 2009).

Porém, ao nível das limitações deste estudo pode ser destacado o facto da carência de validação externa dos seus resultados, uma vez que a tomada de decisão dos ofensores sexuais encarcerados pode diferir da tomada de decisão dos ofensores sexuais que estão em liberdade. Por outro lado, seria, também, importante fazer uma análise dos factores pessoais que medeiam o processo ofensivo dos agressores sexuais, para além dos factores situacionais. Da mesma forma, o comportamento das vítimas também deveria ser alvo de uma análise cuidada com a finalidade de compreender mais amplamente o comportamento ofensivo do agressor sexual (Rebocho, 2009).

Mais recentemente, Beauregard et al. (2010) conduziram um estudo através do qual analisaram uma amostra composta por 78 violadores adultos condenados por crime sexual, sendo que 40 desses violadores eram de origem canadiana e os 38 restantes eram de origem portuguesa. Este estudo teve como objectivos primordiais identificar os padrões de selecção de alvos presentes na amostra, investigar a forma como a tomada de decisão geográfica influencia esses mesmos padrões, assim como testar a forma como os padrões de selecção de alvos são influenciados pelo tipo de ambiente circundante. Um dos resultados mais proeminentes desta análise foi a identificação de três padrões de selecção de alvos: *home intruder*, *tracker* e *lurker*.

Mais especificamente, o padrão de selecção de alvos *home intruder* caracteriza-se pela falta de preocupação do ofensor com a selecção das suas vítimas, embora alguns possam demonstrar um determinado nível de premeditação. Este tipo de ofensor afasta-se da sua base para cometer os crimes, procurando as suas vítimas dentro do seu espaço consciente – mais frequentemente na residência das mesmas – atacando-as no momento do encontro. Os ofensores do tipo *home intruder*, por norma, optam por um método de procura de vítimas do tipo *hunter* e por um método de ataque do tipo *raptor*; raramente

utilizam um veículo para cometer os seus crimes e, regra geral, invadem o domicílio das suas vítimas (Beauregard et al., 2010).

Os ofensores que se inserem num padrão de selecção de alvos do tipo *tracker*, pelo contrário, premeditam cuidadosamente os seus crimes, exibindo um processo de selecção de alvos padronizado. Estes ofensores procuram as suas vítimas em locais específicos, dentro ou fora da sua base, encontrando-as, geralmente, na rua no decurso das suas actividades de rotina. O seu método de procura de vítimas preferencial é o *hunter* ou *poacher*, enquanto que no que diz respeito ao método de ataque este estudo revela que estes ofensores variam entre os três métodos, *raptor*, *stalker* ou *ambusher*. Os ofensores do tipo *tracker* são mais propensos a utilizar um veículo, em oposição às outras duas tipologias, sendo que nunca invadem o domicílio das suas vítimas (Beauregard et al., 2010).

Por fim, os ofensores que utilizam o padrão de selecção de alvos do tipo *lurker* são considerados os mais oportunistas destes três tipos, procurando as suas vítimas em eventos sociais, através das suas actividades de rotina e/ou da sua ocupação e montando emboscadas em locais onde eles detém o controlo. Os métodos de busca mais utilizados por estes ofensores são o *troller* e o *trapper*, e o método de ataque preferencial é o *ambusher*. O violador do tipo *lurker* raramente faz uso de um veículo para cometer os seus crimes ou invadem a residência das suas vítimas (Beauregard et al., 2010).

Ainda ao nível dos resultados obtidos, os autores (Beauregard et al., 2010) salientam o facto da decisão de encontrar, atacar, cometer o crime e libertar a vítima numa área residencial ou numa localização interior é mais frequente no padrão de selecção de alvos *home intruder*, quando comparado com as outras duas tipologias; no que se refere à escolha de uma localização interior, os resultados indicam que a mesma associação se verifica no caso dos *lurkers* em comparação com os *trackers*.

Relativamente ao local de ataque e de libertação das vítimas, os resultados apontam para que estes sejam a única diferença significativa entre os padrões de selecção de alvos *home intruder* e *lurker*. Os ofensores que se inserem no padrão de selecção de alvos do tipo *lurker* são mais propensos a libertar as suas vítimas na residência das mesmas, em comparação com os *tracker*. Os ofensores *home intruder* deslocam-se frequentemente a pé durante o ataque e o perpetrar do crime, por oposição aos *tracker*, sendo que o mesmo se verifica para os *lurker* no que diz respeito às deslocações aquando do perpetrar do crime; os ofensores do tipo *tracker* e *lurker* são mais propensos a utilizar múltiplas cenas de crime, ao contrário dos *home intruder*. Por fim, estes resultados referem que os violadores canadianos são, na sua maioria, caracterizados como *home intruders* e *lurkers*, enquanto que os violadores de origem portuguesa são, maioritariamente, *trackers*; dito de outra forma, o ambiente canadiano tende a proporcionar mais frequentemente situações para as quais o padrão de selecção de alvos preferencial é o *home intruder* e o *lurker*, sendo que o ambiente português tende a gerar situações para as quais o padrão preferencial é o *tracker*.

Ao nível dos contributos, este foi o primeiro estudo a explorar a tomada de decisão geográfica relacionada com a selecção de alvos nos ofensores sexuais, ao mesmo tempo que as diversas relações significativas entre as variáveis de tomada de decisão geográfica e os padrões de selecção de alvos ajudaram a estabelecer a validade externa dos resultados obtidos por Beauregard et al. (2010). Estes resultados revelaram, também, que a tomada de decisão na selecção de alvos está relacionada com factores ambientais, tal como já tinha sido descrito por Brantingham e Brantingham (1978, 1993b cit. in Beauregard et al., 2010) no seu modelo dinâmico de selecção de alvos e por Canter e Larkin (1993) no seu modelo empírico da escolha do local da ofensa. Este estudo, ao testar os padrões de selecção de alvos de violadores em dois ambientes

distintos, sugeriu a importância do contexto ambiental nas estratégias usadas pelos ofensores sexuais para seleccionar as suas vítimas. Por último, a pesquisa realizada por Beauregard et al. (2010) contribuiu para, mais uma vez, validar a importância e utilidade do profiling geográfico, já que através dos resultados obtidos se confirma a relevância dos factores geográficos para o profiling do ofensor e a sua importância no entendimento do processo ofensivo como um todo.

Apesar dos contributos supracitados, este estudo apresenta algumas limitações, especialmente no que diz respeito à amostra em estudo. Em primeiro lugar, estas limitações reflectem-se no número reduzido de participantes, o que por si só restringiu o alcance e a sofisticação das análises estatísticas que poderiam ter sido desenvolvidas; por outro lado, e tal como tem vindo a ocorrer com a maior parte dos estudos desenvolvidos nesta área, verifica-se a existência de uma lacuna ao nível da exploração dos padrões de selecção de alvos, na medida em que os participantes deste estudo são indivíduos que se encontram detidos por crimes sexuais, sendo que os ofensores que evitaram a detecção poderão ter padrões diferentes destes. Por fim, os resultados obtidos não permitiram concluir que diferentes ambientes implicam diferenças nos padrões de selecção de alvos, sugerindo apenas uma forte correlação entre estas duas variáveis (Beauregard et al. (2010)).

Recentemente, Rebocho e Gonçalves (2012) conduziram um estudo que teve como objectivo analisar e comparar o comportamento predatório e o *modus operandi* de violadores e abusadores sexuais de menores, recorrendo à amostra recolhida por Rebocho (2009).

Os autores (Rebocho & Gonçalves, 2012) conseguiram corroborar os resultados obtidos por Rebocho (2009), sendo possível, uma vez mais, distinguir três tipos de

ofensores sexuais, os quais já foram descritos anteriormente: manipulativo, oportunista e coercivo. Para além disso, concluíram, também, que é mais provável que os ofensores do tipo manipulativo sejam abusadores sexuais de menores, enquanto que os ofensores do tipo oportunista tendem a incluir ambos, violadores e abusadores sexuais de menores, e, por fim, é mais expectável que os ofensores do tipo coercivo sejam violadores. No que diz respeito às conclusões acerca do *modus operandi*, o estudo de Rebocho e Gonçalves (2012) distingue os violadores dos abusadores sexuais de menores, já que sugere que os primeiros tendem a recorrer ao uso de armas com o intuito de intimidar e limitar a resistência das suas vítimas, enquanto que os últimos preferem uma abordagem que recaia sobre a manipulação, engano, dádiva de presentes, ameaças ou acção directa sobre as vítimas. Importa ainda salientar que os resultados obtidos por Rebocho e Gonçalves (2012) são concordantes com a tipologia predatória de Rossmo (1997, 2000).

Este estudo (Rebocho & Gonçalves, 2012) permite ampliar o entendimento das relações existentes entre as componentes geográfica e comportamental das ofensas sexuais, podendo mesmo auxiliar no desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes. Esta foi, também, a primeira vez que a tipologia predatória de Rossmo (1997, 2000) foi aplicada aos abusadores sexuais de menores. No entanto, também apresenta algumas limitações, nomeadamente no que se refere à validade externa dos seus resultados, uma vez que o comportamento criminal dos ofensores condenados por ser diferente do daqueles que se encontram em liberdade (Petrosino & Brensilber, 2003 cit. in Rebocho & Gonçalves, 2012). Por outro lado, esta abordagem foca-se, essencialmente, nos factores situacionais, negligenciando os factores pessoais. Por fim, para que o comportamento criminal do ofensor seja amplamente compreendido o comportamento da vítima também deve ser analisado, na medida em que estudos recentes (Leclerc & Tremblay, 2007 cit. in Rebocho & Gonçalves, 2012) demonstram

que o *modus operandi*, comportamento sexual e participação da vítima durante o crime devem ser vistos como eventos interdependentes.

Em suma, e tendo em consideração o racional teórico supracitado subjacente a esta investigação, é imperativo perceber que o processo de tomada de decisão está na base de todo o processo predatório dos ofensores sexuais, incluindo diversas fases, as quais são constituídas por variadas avaliações e escolhas por parte do agressor. É importante, também, salientar a influência exercida pelas características individuais e actividades do ofensor, assim como pelas características e actividades das vítimas, em conjunto com o ambiente físico que medeia o processo ofensivo em todo o processo de tomada de decisão, uma vez que a análise do comportamento criminal deve ter em consideração todos estes factores e as suas interações.

Metodologia

Justificação e objectivo do estudo empírico

Tal como tem vindo a ser demonstrado ao longo do levantamento teórico que foi feito, a pesquisa acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais – especificamente no que se refere ao *modus operandi* e tomada de decisão geográfica – tem vindo a aumentar (e.g. Beauregard, Proulx, Rossmo, Leclerc & Allaire, 2007a; Beauregard, Rossmo & Proulx, 2007b; Rebocho, 2009; Beauregard, Rebocho & Rossmo, 2010; Rebocho & Gonçalves, 2012). Porém, e apesar de cada um dos estudos levados a cabo no universo do processo ofensivo apresentar diversos contributos aos mais variados níveis, a maior parte deles tende a negligenciar a componente geográfica do processo predatório. A motivação criminal assume-se, ainda, como o foco primordial da maior parte dos estudos, conduzindo os investigadores ao “porquê” da ofensa, em

detrimento do “como”, “quando” ou “onde”. Assim, grande parte dos investigadores procura, através da análise dos factores pessoais, as causas internas que levam ao cometimento do crime, ignorando frequentemente o papel dos factores situacionais e ambientais.

Deste modo, e uma vez que a quarta dimensão do crime é repetidamente deixada para segundo plano, o entendimento do evento criminal como um todo acaba por ser comprometido, persistindo, assim, a necessidade de desenvolver estudos que integrem as relações entre o *modus operandi* dos ofensores sexuais em série e a componente geográfica do crime, juntamente com as características do ambiente circundante.

Por outro lado, a grande maioria dos estudos desenvolvidos no âmbito do comportamento predatório dos ofensores sexuais é desenvolvida além fronteiras. Apesar de já se começar a notar alguma movimentação de qualidade nesta área ao nível nacional – nomeadamente Rebocho (2009) e Rebocho e Gonçalves (2012) – a maior parte dos estudos merecedores de relevância e distinção é realizada por investigadores estrangeiros. Assim sendo, é fundamental que a investigação se foque cada vez mais na análise do comportamento criminal, especificamente relacionado com a quarta dimensão do crime, na medida em que esta é uma área em franca expansão e com grandes potencialidades no que diz respeito aos contributos que poderá fornecer à comunidade.

Este estudo, em concreto, tem dois objectivos: o primeiro é caracterizar a amostra em estudo e o segundo é aferir as percepções da população portuguesa relativamente ao comportamento predatório dos agressores sexuais. A caracterização desta amostra será feita com base nas variáveis sócio-demográficas definidas para tal, sendo elas a idade, o género, as habilitações literárias, a actividade profissional, a prevalência da doença mental, o diagnóstico da doença mental, a experiência prévia de

vitimação e os antecedentes criminais, assim como nas variáveis de comportamento predatório: método de procura de vítimas, método de ataque às vítimas, critério de selecção de vítimas, premeditação do crime, proximidade com a vítima, motivo da escolha da proximidade e abordagem utilizada. Tendo em consideração o segundo objectivo, pretende-se averiguar essas mesmas percepções junto de grupos específicos: estudantes (ensino secundário e ensino superior), adultos (até aos 65 anos e acima dessa idade), psicólogos e agentes das forças policiais. Dentro deste segundo objectivo, esta investigação pretende, ainda, fazer uma comparação entre os grupos em análise relativamente à sua percepção do comportamento predatório dos agressores sexuais tendo em conta as variáveis de comportamento predatório.

A importância de uma investigação neste âmbito prende-se, como já foi mencionado, com o facto de não haver estudos a nível nacional que abordem esta questão. É, então, pertinente que se averigúe o que é que a população em geral considera como sendo o comportamento usualmente tido pelos agressores sexuais, de modo a ser possível fazer uma prevenção mais activa e direccionada aos diferentes grupos sociais – delineando e, posteriormente, implementando estratégias de prevenção e intervenção – no que se refere aos possíveis comportamentos de risco a que as crenças acerca dos mesmos podem levar.

Procedimento

Após a definição do tema a trabalhar, foi feito o levantamento do material necessário para estabelecer o enquadramento teórico que permite definir o estado da arte do tema em estudo. De seguida, foram constituídos os grupos que compõem a amostra e entregues os pedidos de autorização de recolha de dados (Anexo 1, Anexo 2 e Anexo 3), assim como os termos de consentimento informado (Anexo 4) no caso dos indivíduos

com menos de 18 anos de idade. Após a recepção das devidas autorizações, procedeu-se ao levantamento dos dados necessários para a análise em questão.

A recolha de dados para este estudo foi feita com recurso a um instrumento (Anexo 5) construído especialmente para obter a informação necessária e relevante dos participantes. Este questionário foi desenvolvido com base nos pressupostos que subjazem à tipologia dos padrões predatórios de Rossmo (1997, 2000), referentes ao método de procura e ataque às vítimas, assim como nos processos de selecção de vítimas, premeditação do crime, proximidade entre a vítima e o ofensor, e a abordagem utilizada (Rebocho, 2009). Este instrumento permite, ainda, o levantamento de informação sócio demográfica relevante para a caracterização da amostra em estudo.

Posteriormente, os dados colectados foram sujeitos a análises estatísticas de carácter quantitativo, de modo a que seja possível atingir os objectivos propostos.

Método

Participantes

A amostra deste estudo inclui 300 indivíduos da população portuguesa, divididos em seis grupos distintos: estudantes do ensino secundário (n=50), adultos (n=50), estudantes do ensino superior (n=50), adultos acima dos 65 anos (n=50), psicólogos (n=50) e agentes da PSP¹⁵ (n=50). Sendo este um estudo de carácter exploratório, impõem-se a necessidade de fazer uma análise o mais abrangente possível da população em questão, de forma a obter resultados passíveis de generalização. Importa, também, salientar que a escolha dos grupos supracitados em específico se deveu a variados factores. Assim, foi necessário abranger o maior número de faixas etárias possível, ter em consideração as diferentes habilitações literárias, assim como

¹⁵ Designadamente Polícia de Segurança Pública.

fazer uma análise de grupos com profissões que possuem uma relação privilegiada com os crimes sexuais.

Os participantes que compõem esta amostra foram escolhidos aleatoriamente de um universo composto pela população portuguesa que reside ou trabalha no distrito do Porto, por conveniência tendo em conta os grupos de interesse para o estudo em questão. Relativamente aos critérios de inclusão desta amostra, entende-se por *estudantes do ensino secundário* todo o qualquer indivíduo que frequente um estabelecimento de ensino secundário (designadamente, que frequente o 10º, 11º ou 12º ano do ensino escolar) e que tenha menos de 18 anos de idade; os *adultos* correspondem aos cidadãos portugueses entrevistados cuja idade está compreendida entre os 18 e os 65 anos, que não estejam, à data da aplicação do questionário, a frequentar nenhum estabelecimento de ensino e que não exerçam nenhuma das profissões contempladas nos grupos em análise (especificamente, psicólogo ou agente de uma força policial); por *estudantes do ensino superior* entende-se todo o qualquer indivíduo que se encontre, no momento da recolha da amostra, a frequentar um estabelecimento de ensino superior, independentemente do grau que já possua ou que esteja a frequentar; os *adultos acima dos 65 anos* dizem respeito aos cidadãos cuja idade é acima dos 65 anos de idade e que, até então, nunca tenham exercido nenhuma das profissões contempladas nos grupos em análise; *psicólogos* são os indivíduos que possuem formação superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento) na área da psicologia e que estejam, à data da recolha de informação, a exercer essa mesma profissão; por fim, entende-se por *agentes da PSP*, todo e qualquer cidadão que esteja, à data da recolha da amostra, a exercer funções neste organismo estatal.

Variáveis sócio-demográficas

A tabela 1 (Anexo 6) revela que a idade da amostra em estudo varia entre os 15 e os 84 anos de idade, com uma média de 37 anos ($M = 37.26$) e um desvio padrão de 18 anos ($DP = 18.486$). Especificamente, e no que concerne aos grupos em estudo, a idade dos estudantes do ensino superior varia entre os 15 e os 18 anos, com uma média de 17 anos ($M = 16.8$) e um desvio padrão de 0.9 anos ($DP = 0.857$); a idade dos adultos varia entre os 24 e os 59 anos, com uma media de 38 anos ($M = 37.84$) e um desvio padrão de 9 anos ($DP = 9.345$); os estudantes do ensino superior têm idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos, como uma média de 24 anos ($M = 23.68$) e um desvio padrão de 4 anos ($DP = 3.588$); relativamente aos adultos acima dos 65 anos, as suas idades variam entre os 65 e os 84 anos, com uma média de 72 anos ($M = 71.92$) e um desvio padrão de 5 anos ($DP = 5.146$); os psicólogos têm idades compreendidas entre os 25 e os 52 anos, com uma média de 34 anos ($M = 34.00$) e um desvio padrão de 7 anos ($DP = 6.571$); por fim, a idade dos agentes da PSP varia entre os 28 e os 59 anos, com uma média de 39 anos ($M = 39.30$) e um desvio padrão de 8 anos ($DP = 7.622$).

Seguidamente, na tabela 2 (Anexo 7) é perceptível que a maior parte dos participantes (25%, $n = 75$) se encontra incluído na faixa etária dos [21; 30] anos, embora este número seja seguido bastante de perto (24.7%, $n = 74$) pela faixa etária dos [31; 40] anos de idade. Mais concretamente, a totalidade dos estudantes do ensino secundário (100%, $n = 50$) situa-se na faixa etária dos [11;20] anos; 40% dos adultos ($n = 20$) está na faixa etária dos [31;40] anos; a grande maioria dos estudantes do ensino superior (82%, $n = 41$) pertence à faixa etária dos [21; 30] anos; relativamente aos adultos com mais de 65 anos, as percentagens dividem-se de igual forma, na medida em que 48% ($n = 24$) estão incluídos na faixa etária dos [61; 70] anos e outros 48% ($n = 24$) situam-se na faixa dos [71; 80]; a maioria dos psicólogos (54%, $n = 27$) está na faixa

etária dos [31; 40] anos; e, por fim, 52% (n = 26) dos agentes da PSP pertence à faixa etária dos [31; 40] anos de idade.

A maior parte dos elementos que compõem a amostra é do género feminino (52,7%, n = 158), não se verificando, porém, uma discrepância significativa. O mesmo se verifica para os grupos de estudantes do ensino secundário (52%, n = 26), adultos (56%, n = 28), estudantes do ensino superior (52%, n = 26) e psicólogos (66%, n = 33). Pelo contrário, nos grupos de adultos acima dos 65 anos de idade e agentes da PSP a maioria dos elementos é do sexo masculino, 52% (n = 26) e 58% (n = 29), respectivamente, como se pode constatar na tabela 3 (Anexo 8).

A partir da tabela 4 (Anexo 9) percebe-se que a maioria dos participantes deste estudo têm habilitações literárias ao nível do ensino secundário (43%, n = 129). O mesmo se verifica com os estudantes deste nível de ensino (68%, n = 34). No grupo dos adultos a percentagem máxima divide-se entre os elementos que têm habilitações literárias ao nível do ensino preparatório (40%, n = 20) e do ensino secundário (40%, n = 20). Os estudantes do ensino superior completaram, na sua maioria (54%, n = 27), os estudos ao nível do ensino secundário. A maior parte dos adultos acima dos 65 anos tem habilitações literárias ao nível do ensino básico (60%, n = 30), enquanto que a maioria dos psicólogos (62%, n = 31) é licenciada. Por fim, a grande parte dos agentes da PSP tem habilitações literárias ao nível do ensino secundário (90%, n = 45).

No que concerne à actividade profissional, evidenciada pela tabela 5 (Anexo 10) a maioria dos elementos que compõem a amostra em estudo (44,3%, n = 133) pertencem ao sector terciário da actividade económica. Especificamente, os adultos, os psicólogos e os agentes da PSP pertencem, na sua maioria (64%, n = 32; 100%, n = 50; e 100%, n = 50, respectivamente), ao sector terciário. Os estudantes do ensino secundário (100%, n = 50) e do ensino superior (100%, n = 50), tal como a própria

designação do grupo indica, inserem-se na categoria de estudantes no que se refere à actividade profissional por eles desempenhada. Por fim, a maior parte dos adultos acima dos 65 anos (98%, n = 49) não têm profissão definida.

A tabela 6 (Anexo 11) reflecte a prevalência de doença mental, verificando-se, assim, que na amostra em estudo 99,3% (n = 298) dos participantes não possui doença mental. A inexistência de doença mental verifica-se nos grupos de estudantes do ensino secundário, adultos, estudantes do ensino superior, psicólogos e agentes da PSP. Apenas no grupo dos adultos acima dos 65 anos se verifica prevalência de doença mental (4%, n = 2), sendo essa percentagem pouco significativa face à dimensão da amostra em estudo. Ainda no grupo dos adultos acima dos 65 anos, o diagnóstico de doença mental aponta para a Doença de Alzheimer (4%, n = 2), tal como se pode ver pela tabela 7 (Anexo 12).

A tabela 8 (Anexo 13) remete para os antecedentes vitimológicos, sendo perceptível que a maioria dos participantes (48,3%, n = 145) nunca foi vítima de crime, sendo esta percentagem seguida de perto (45,3%, n = 136) pelos que foram vítimas de crimes não violentos. Especificamente, a maior parte dos estudantes do ensino secundário (86%, n = 43) nunca passou, igualmente, por este tipo de experiência de vitimação, ao contrário da maioria dos adultos (54%, n = 27), que afirma já ter sido vítima de crime não violento. A grande parte dos estudantes do ensino superior (58%, n = 29) relatou não ter sido vítima de qualquer tipo de crime, sendo que 54% (n = 27) dos adultos acima dos 65 anos assumiu ter sido vítima de crimes não violentos. Por fim, tanto os psicólogos (58%, n = 29) como os agentes da PSP (50%, n = 25) afirmaram já ter sido vítimas de crimes não violentos.

Relativamente aos antecedentes criminais dos elementos que compõem a amostra, a tabela 9 (Anexo 14) demonstra claramente que 91,3% (n = 274) dos participantes nunca foi detido, interrogado ou condenado por qualquer tipo de crime.

Estes resultados reflectem-se nos grupos de estudantes do ensino secundário (100%, n = 50), adultos (96%, n = 48), estudantes do ensino superior (98%, n = 49), adultos acima dos 65 anos (98%, n = 49), psicólogos (100%, n = 50) e agentes da PSP (56%, n = 28).

Variáveis de comportamento predatório

De acordo com a tabela 10 (Anexo 15), o método de procura de vítimas preferencial dos elementos que compõem a amostra é o *hunter* (37,7%, n = 113), seguido de perto pelo *poacher* (35,7%, n = 107). Especificamente, os estudantes do ensino secundário (58%, n = 29), assim como os adultos (40%, n = 20), elegem como método preferencial o *poacher*; a maioria dos estudantes do ensino superior (44%, n = 22) sugere que o método de procura de vítimas mais utilizado pelos ofensores sexuais é o *hunter*; 50% dos adultos acima dos 65 anos (n = 25) considera que o método preferencial dos ofensores é o *poacher*, sendo que a maioria dos psicólogos (48%, n = 24) e dos agentes da PSP (60%, n = 30) elege como método mais comum de procura de vítimas é o *hunter*.

No que concerne aos métodos de ataque às vítimas, e como se reflecte na tabela 11 (Anexo 16), 62,7% da amostra em estudo (n = 188) aponta como método de ataque mais utilizado pelos ofensores sexuais o *stalker*. Esta escolha verifica-se para todos os grupos específicos em análise: estudantes do ensino secundário (60%, n = 30), adultos (68%, n = 34), estudantes do ensino superior (68%, n = 34), adultos acima dos 65 anos (60%, n = 30), psicólogos (76%, n = 38) e agentes da PSP (44%, n = 22).

A maior parte da amostra considera que a escolha das vítimas é padronizada (95%, n = 285), sendo que 33,7% (n = 101) elege como critério preferencial de selecção de vítimas as características físicas das mesmas, seguido de perto pelo género (28,3%, n = 85). Os estudantes do ensino secundário apresentam o mesmo padrão de escolha da

amostra no geral, uma vez que o critério que é considerado mais utilizado é o das características físicas (42%, n = 21), seguido do género das vítimas (38%, n = 19). Relativamente aos adultos, na sua maioria consideram que as vítimas são escolhidas tanto com base nas características físicas (32%, n = 16) como no género (32%, n = 16). Uma vez mais, a mesma escolha é feita pelos estudantes do ensino superior, dos quais 42% (n = 21) assume que o critério que mais influencia a escolha de uma vítima são as suas características físicas, ao mesmo tempo que 40% destes indivíduos (n = 20) refere que o critério preferencial é o género. Os adultos acima dos 65 anos assumem, claramente (46%, n = 23), que as vítimas são escolhidas com base nas suas características físicas. Esta tendência inverte-se no que diz respeito aos resultados obtidos com o grupo dos psicólogos, uma vez que os mesmos elegem como critério preferencial o género (32%, n = 16), seguido das características físicas (30%, n = 15). Por fim, os agentes da PSP assumem, na sua maioria (58%, n = 29), que a escolha das vítimas é feita com base na disponibilidade do alvo. A tabela 12 reflecte estes resultados (Anexo 17).

Relativamente à premeditação do crime, e como se verifica na tabela 13 (Anexo 18), os resultados da amostra em estudo distribuem-se de uma forma bastante igualitária, já que 55% dos indivíduos (n = 165) refere que a ofensa é planeada, enquanto que 45% dos mesmos (n = 135) pensa que o ofensor não planeia o seu crime. Os grupos de estudantes do ensino secundário (60%, n = 30) e do ensino superior (70%, n = 35) consideram que a ofensa sexual não é planeada, ao mesmo tempo que os adultos (54%, n = 27), os adultos acima dos 65 anos (78%, n = 39), os psicólogos (54%, n = 27) e os agentes da PSP (74%, n = 37) defendem que o crime é planeado.

A tabela 14 (Anexo 19) demonstra que mais de metade dos elementos que compõem a amostra (64,3%, n = 193) acredita que as vítimas não são conhecidas do

ofensor. À excepção dos agentes da PSP, que consideram que a maior parte das vítimas (60%, n = 30) são conhecidas, todos os restantes grupos, estudantes do ensino secundário (74%, n = 37), adultos (62%, n = 31), estudantes do ensino superior (72%, n = 36), adultos acima dos 65 anos (70%, n = 35) e psicólogos (68%, n = 34), referem que as vítimas são, por norma, desconhecidas. Esta escolha é feita, na opinião geral (59%, n = 177), devido ao facto de que vítimas desconhecidas têm mais dificuldade na identificação do ofensor (Anexo 20). Esta justificação é, também, válida na opinião dos estudantes do ensino secundário (70%, n = 35), dos adultos (54%, n = 27), dos estudantes do ensino superior (72%, n = 36), dos adultos acima dos 65 anos (66%, n = 33) e dos psicólogos (62%, n = 31). Por fim, os agentes da PSP consideram que a maioria das vítimas são conhecidas devido ao maior conhecimento que o ofensor tem das rotinas da vítima (36%, n = 18).

Por fim, a maior parte dos entrevistados (44%, n = 132) elege como tipo de abordagem mais comum utilizada pelo ofensor a ameaça, como se verifica pela tabela 16 (Anexo 21). Especificamente, a maioria dos estudantes do ensino secundário (34%, n = 17), dos adultos (48%, n = 24), dos estudantes do ensino superior (62%, n = 31), dos adultos acima dos 65 anos (48%, n = 24) e dos psicólogos (54%, n = 27) consideram que a ameaça é o método de abordagem mais comum entre estes ofensores, ao contrario dos agentes da PSP que, maioritariamente (38%, n = 19), apontam como método mais utilizado a utilização da mentira, engano ou falsa identidade.

Medidas

As variáveis incluídas nesta análise foram seleccionadas tendo em conta a sua relevância teórica para o estudo do comportamento predatório dos agressores sexuais, de acordo com os pressupostos que estão na base dos padrões predatórios definidos por

Rossmo (1997, 2000), assim como com os parâmetros de avaliação utilizados por Rebocho (2009).

Com o objectivo de, primeiramente, caracterizar a amostra em análise foram definidas dez variáveis: (1) idade (variável de escala), (2) faixas etárias (1 = [1; 10], 2 = [11; 20], 3 = [21; 30], 4 = [31; 40], 5 = [41; 50], 6 = [51; 60], 7 = [61; 70], 8 = [71; 80], 9 = [81; 90]), (3) género (1 = *feminino*, 2 = *masculino*), (4) habilitações literárias (1 = *sem escolaridade*, 2 = *ensino básico*, 3 = *ensino preparatório*, 4 = *ensino secundário*, 5 = *licenciatura*, 6 = *mestrado*, 7 = *doutoramento*, 8 = *outro*), (5) grupos em estudo (1 = *estudantes do ensino secundário*, 2 = *adultos*, 3 = *estudantes do ensino superior*, 4 = *adultos acima dos 65 anos*, 5 = *psicólogos*, 6 = *agentes da PSP*), (6) actividade profissional (1 = *sector primário*, 2 = *sector secundário*, 3 = *sector terciário*, 4 = *estudantes*, 5 = *sem profissão definida*), (7) prevalência de doença mental (1 = *sim*, 2 = *não*), (8) diagnóstico de doença mental (1 = *Alzheimer*, 2 = *Nenhuma*), (9) experiência prévia de vitimação (1 = *não*, 2 = *não violento*, 3 = *violento*, 4 = *sexual*, 5 = *outro*) e (10) antecedentes criminais (1 = *não*, 2 = *não violento*, 3 = *violento*, 4 = *sexual*, 5 = *outro*).

Posteriormente, foram definidas sete variáveis de comportamento predatório: (1) método de procura de vítimas (1 = *hunter*, 2 = *poacher*, 3 = *troller*, 4 = *trapper*), (2) método de ataque às vítimas (1 = *raptor*, 2 = *stalker*, 3 = *ambusher*), (3) critério de selecção de vítimas (1 = *disponibilidade*, 2 = *género*, 3 = *localização*, 4 = *etnia*, 5 = *características físicas*, 6 = *vestuário provocante*, 7 = *vulnerabilidade*, 8 = *sem razões específicas, ao acaso*), (4) premeditação do crime (1 = *planeia o crime*, 2 = *não planeia o crime*), (5) proximidade com a vítima (1 = *conhecida*, 2 = *desconhecida*), (6) motivo da escolha da proximidade (1 = *maior facilidade de manipulação*, 2 = *maior conhecimento das rotinas da vítima*, 3 = *maior dificuldade na identificação do ofensor*,

4 = *proximidade da vítima*, 5 = *disponibilidade da vítima*, 6 = *menor probabilidade de aparecimento de sentimentos como remorso ou arrependimento*) e (7) *abordagem utilizada* (1 = *manipulativa, sedutora, com eventual recurso a dádivas de dinheiro ou presentes*, 2 = *mentira, engano, falsa identidade*, 3 = *uso de álcool ou drogas*, 4 = *ameaça*, 5 = *violência física*).

Análise estatística

Os dados recolhidos foram sujeitos a análise estatística quantitativa, com recurso ao SPSS¹⁶. No que concerne às variáveis sócio demográficas, foi feita uma análise descritiva que permitiu, relativamente à variável de escala *idade*, estabelecer valores mínimos e máximos, assim como media aritmética e desvio padrão; relativamente às restantes variáveis nominais, *faixas etárias, género, habilitações literárias, grupos em estudo, actividade profissional, prevalência de doença mental, diagnóstico de doença mental, experiência prévia de vitimação e antecedentes criminais*, foram estabelecidas as respectivas frequências. De seguida, foi levado a cabo o mesmo procedimento no que diz respeito às variáveis de comportamento predatório, tendo sido estabelecidas as frequências para o *método de procura de vítimas, método de ataque às vítimas, critério de selecção de vítimas, premeditação do crime, proximidade com a vítima, motivo da escolha da proximidade e abordagem utilizada*.

Para verificar a existência, ou não, de diferenças significativas entre as variáveis sócio demográficas e as variáveis de comportamento predatório, foi utilizado o teste do Qui-Quadrado (simbolizado por X^2), que se afigura como um teste de hipóteses não paramétrico que pretende encontrar o valor da dispersão para duas variáveis nominais, avaliando a associação existente entre ambas. Este teste baseia-se no princípio da

¹⁶ Designadamente *Statistical Package for the Social Sciences*.

comparação de proporções, ou seja, as possíveis divergências entre as frequências observadas e as frequências esperadas para um determinado evento: dois grupos comportam-se de forma semelhante se as diferenças entre as frequências esperadas e observadas forem muito baixas, ou seja, próximas de zero (Pestana & Gageiro, 2005; Roriz, Fernandes & Ferreira, 2002).

Assim, o teste do Qui-Quadrado é utilizado para analisar se a frequência com que um determinado acontecimento observado numa amostra se desvia significativamente, ou não, da frequência que seria esperada; para além disso, recorre-se a este teste, também, para comparar a distribuição de diversos acontecimentos em diferentes amostras, de modo a avaliar se as proporções observadas destes eventos demonstram ou não diferenças significativas, ou se as amostras diferem significativamente quanto às proporções desses acontecimentos. Porém, para que se possa aplicar este teste estatístico é necessário cumprir determinados pressupostos, como os grupos serem independentes, os itens de cada grupo serem seleccionados aleatoriamente, as observações serem frequências ou contagens, cada observação pertencer unicamente a uma categoria e ser uma amostra relativamente grande (Hubbard, 2011; Pestana & Gageiro, 2005; Roriz, Fernandes & Ferreira, 2002).

Posto isto, e verificados os pressupostos necessários para a aplicação dos testes estatísticos mencionados, procedeu-se à aplicação dos mesmos e posterior análise dos dados recolhidos.

Resultados

Sendo um dos objectivos deste estudo caracterizar a amostra em análise, relativamente às suas percepções acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais, foi feita uma análise descritiva das variáveis em estudo. Assim, relativamente á

descrição sócio-demográfica da amostra em análise, os resultados obtidos indicam que os participantes têm uma média de idades situada nos 37 anos (tabela 1 – Anexo 6), encontrando-se, maioritariamente (25%), na faixa etária dos [21; 30] anos de idade (tabela 2 – Anexo 7) e sendo do género feminino (52.7%) (tabela 3 – Anexo 8). A maioria possui habilitações literárias ao nível do ensino secundário (43%) (tabela 4 – Anexo 9), situando-se no sector terciário da actividade profissional (44.3%) (tabela 5 – Anexo 10). No que se refere à prevalência de doença mental, a quase totalidade dos participantes (99.3%) refere não possuir (tabela 6 – Anexo 11). Relativamente aos antecedentes vitimológicos, 48.3% desta amostra admite nunca ter sido vítima de qualquer tipo de crime (tabela 8 – Anexo 13), assim como a maioria (91.3%) não possui antecedentes criminais (tabela 9 – Anexo 14).

No que diz respeito às variáveis de comportamento predatório, o padrão visível através destes resultados aponta para um método de procura de vítimas do tipo *hunter* (37.7%) (tabela 10 – Anexo 15) e um método de ataque às vítimas do tipo *stalker* (62.7%) (tabela 11 – Anexo 16). A escolha das vítimas é padronizada (95%), sendo que o padrão de escolha assenta, maioritariamente (33.7%), nas características físicas da vítima (tabela 12 – Anexo 17). Por norma, as agressões sexuais são premeditadas (55%) (tabela 13 – Anexo 18), sendo que os agressores optam por escolher vítimas desconhecidas (64.3%) (tabela 14 – Anexo 19), devido à maior dificuldade que estas terão na sua identificação (59%) (tabela 15 – Anexo 20). Por fim, a maior parte dos agressores opta por uma abordagem do tipo coercivo (54%), sendo que a técnica mais utilizada é a ameaça (44%) (tabela 16 – Anexo 21).

Seguidamente, e tendo como propósito dar resposta ao segundo objectivo deste estudo, foram realizados testes de Qui-Quadrado para ser possível perceber a existência,

ou não, de diferenças significativas entre os diferentes grupos de participantes em estudo.

No que diz respeito ao método de procura de vítimas, a tabela 17 (Anexo 22) refere uma diferença muito significativa ($X^2 = 37.935$, $p = .001$) entre os grupos em estudo, salientando uma percentagem significativa de alunos do ensino secundário (9.7%) que consideram que o método de procura de vítimas mais utilizado pelos ofensores sexuais é o *poacher*, e revelando, ao mesmo tempo, um número considerável de agentes da PSP (10%) que consideram que o método mais utilizado é o *hunter*.

A tabela 18 (Anexo 23) menciona a existência de uma diferença altamente significativa ($X^2 = 46.166$, $p = .000$) entre os grupos em análise. Concretamente, verifica-se uma tendência de todos eles para a escolha do *stalker* como método preferencial dos agressores sexuais de ataque às vítimas, no entanto, a percentagem de psicólogos que escolheu este método como preferencial é significativamente maior (12.7%) relativamente aos outros grupos, enquanto que o número de agentes da PSP que optou por esse método é claramente menor (7.3%) do que todos os outros grupos em estudo.

Tendo em conta o critério de selecção de vítimas (tabela 19 – Anexo 24), verifica-se a existência de uma diferença altamente significativa ($X^2 = 161.132$, $p = .000$) relativamente aos grupos de participantes. Deste modo, um número significativo de alunos do ensino secundário (7%), assim como de alunos do ensino superior (7%) e de adultos com mais de 65 anos de idade (7.7%) considera que as características físicas são o factor determinante na escolha das vítimas, ao contrário dos agentes da PSP que, maioritariamente (9.7%), salientam a importância da disponibilidade da vítima para a sua escolha.

No que concerne à premeditação do crime (tabela 20 – Anexo 25), é perceptível a existência de uma diferença altamente significativa entre os grupos de participantes ($X^2 = 35.192, p = .000$), na medida em que uma percentagem significativa dos estudantes do ensino secundário (10%) e do ensino superior (11.7%) consideram que estas ofensas não são planeadas, enquanto que a maioria dos adultos acima dos 65 anos (13%) e dos agentes da PSP (12.3%) assume que as mesmas são planeadas.

Tendo em consideração a tabela 21 (Anexo 26), verifica-se a existência de uma diferença muito significativa ($X^2 = 17.331, p = .004$) entre os grupos em análise, no que se refere à proximidade entre a vítima e o ofensor. Verifica-se uma consistência entre os resultados de quase todos os grupos de participantes, os quais apontam para o facto da vítima ser, normalmente, desconhecida do ofensor; porém, a percentagem de agentes da PSP que partilha dessa mesma opinião é significativamente pequena (6.7%) face à percentagem (10%) que considera que as vítimas são, maioritariamente, conhecidas.

A tabela 22 (Anexo 27) faz referência ao motivo da escolha da proximidade, salientando uma diferença altamente significativa ($X^2 = 103.387, p = .000$) entre os grupos em estudo. Assim, percebe-se que os grupos de estudantes do ensino secundário (11.7%), estudantes do ensino superior (12%), adultos acima dos 65 anos (11%) e psicólogos (10.3%) apontam claramente na direcção da maior dificuldade na identificação do ofensor como motivo para a escolha feita relativamente à proximidade com a vítima. No entanto, os agentes da PSP consideram, na sua maioria (6%), que o que leva a que os ofensores escolham vítimas conhecidas é o facto de possuírem um maior conhecimento das rotinas diárias das mesmas, destacando-se assim da opinião dada pelos outros grupos de participantes.

Por fim, e recorrendo à tabela 23 (Anexo 28), percebe-se uma diferença altamente significativa ($X^2 = 124.688, p = .000$) entre os grupos em análise no que se

refere à abordagem utilizada. Deste modo, a maioria dos estudantes do ensino superior (10.3%) considera que o tipo de abordagem mais frequentemente utilizada por estes ofensores é a ameaça; da mesma forma, grande parte dos psicólogos (9%) escolhe como abordagem preferencial a ameaça; e finalmente, um número significativo de agentes da PSP (6.3%), considera que o método mais utilizado é a mentira, engano ou falsa identidade. Destaca-se, então, uma posição vincada entre os estudantes do ensino superior e os psicólogos, que optam por uma abordagem de carácter coercivo, e os agentes da PSP, que apontam para uma abordagem de carácter manipulativo.

Discussão de resultados

Tendo em conta os resultados apresentados no capítulo anterior, os mesmos serão agora discutidos, de forma a ser possível explicá-los e entendê-los relativamente ao background teórico sobre o qual assenta este estudo. Será, então, elaborada uma cuidadosa análise e discussão dos aspectos mais gerais relacionados com os resultados encontrados, assim como uma análise minuciosa das diversas variáveis de comportamento predatório em estudo.

Deste modo, importa, antes de mais, referir que os resultados obtidos se encontram bastante dispersos, situação esta que se explica através da necessidade de incluir na amostra uma diversidade de participantes que sustente um estudo de carácter exploratório. Foi, então, necessário que esta amostra fosse o mais abrangente possível, em termos de características sócio-demográficas para que os resultados sejam passíveis de posterior generalização, ficando, assim, justificada a referida dispersão.

Posto isto, serão, seguidamente, apresentados sete blocos de resultados que permitirão analisar de forma detalhada as diversas variáveis de comportamento predatório.

Método de procura de vítimas

Ao nível da macro-análise dos resultados, e tendo em conta a caracterização feita da amostra que compõem este estudo, percebe-se que a maioria dos indivíduos se inclina para o *hunter* como método preferencial de procura de vítimas. Isto significa que 37.6% dos participantes considera que o tipo de agressor sexual que predomina no contexto português é aquele indivíduo que comete os seus crimes dentro da sua área de residência, partindo da sua base para procurar vítimas adequadas dentro do seu espaço consciente (Rossmo, 1997, 2000). O estudo de referência para esta análise de resultados é o de Rebocho (2009), no qual a autora estudou uma amostra de violadores e abusadores sexuais de menores portugueses, e através do qual se chega à conclusão que o método de procura de vítimas mais frequentemente utilizado pelos agressores sexuais em Portugal é o *troller* – o considerado *ofensor oportunista*, que comete os seus crimes no decurso das suas actividades de rotina (Rossmo, 1997, 2000). Deste modo, percebe-se desde já, e a nível global, uma disparidade de resultados entre o estudo de referência e este, uma vez que da amostra em análise apenas 10% considerou o *troller* como método de procura de vítimas mais utilizado, enquanto que o *hunter* foi apenas a segunda escolha (12.5%) dos ofensores entrevistados pela autora (Rebocho, 2009).

Relativamente aos estudos de referência internacionais, é de realçar uma correspondência com o trabalho desenvolvido por Beauregard et al. (2007a), na medida em que o método *hunter* assume-se como preferencial pelos ofensores sexuais quando estes se inserem num *script coercivo* do processo ofensivo. Por outro lado, estes resultados não encontram correspondência com aqueles obtidos por Beauregard et al. (2007b). Por fim, os dados obtidos estão em desacordo com o estudo desenvolvido por Beauregard et al. (2010), já que estes autores apontaram como método preferencial o *poacher* – indivíduo que comete os seus crimes deslocando-se para fora da sua área de

residência ou operando a partir de um nódulo de actividade que não seja a sua base (Rossmo, 1997, 2000) – que, neste estudo, apesar de ser apenas o segundo método mais vezes escolhido pelos participantes, apresentou uma percentagem de 35.7%, a qual está bastante próxima da percentagem do *hunter* (37.6%). Por outro lado, os resultados obtidos apresentam Por fim, e relativamente ao método de procura de vítimas,

Passando, então, a uma análise de carácter inter-grupal, é visível a existência de uma diferença muito significativa entre os grupos em estudo, sendo que essa diferença se manifesta, essencialmente, no que diz respeito ao grupo dos estudantes do ensino secundário e ao grupo dos agentes da PSP. Especificamente, os estudantes do ensino secundário apontam, manifestamente (58%), para o *poacher* como método de procura de vítimas preferencial, enquanto que os agentes da PSP escolhem de forma clara (60%) o *hunter* como método mais vezes utilizado pelos ofensores sexuais. Relativamente a esta escolha, importa salientar que nenhum dos dois grupos que se destacam se encontra em concordância com os dados de Rebocho (2009); os resultados do grupo dos estudantes do ensino secundário correspondem aos obtidos por Beauregard et al. (2010), assim como os dados referentes aos agentes da PSP possuem correspondência com o *scrip coercivo* de Beauregard et al. (2007a) e surgem como o segundo método mais frequentemente utilizado pelos ofensores nos estudos levados a cabo por Rebocho (2009) e Beauregard et al. (2010).

Método de ataque às vítimas

Ao nível global, e tendo em conta as frequências obtidas numa análise descritiva da amostra em estudo, é notória uma inclinação geral dos participantes para o *stalker* como método preferencial de ataque às vítimas. Por outras palavras, 62.7% dos indivíduos que foram inquiridos considera que a maior parte dos agressores sexuais

segue e observa as suas vítimas, esperando por um momento oportuno para as atacar (Rossmo, 1997, 2000). Porém, 71.3% dos ofensores entrevistados Rebocho (2009) revelou a utilização do *ambusher* – indivíduo que ataca as suas vítimas em locais sobre os quais tem considerável controlo (Rossmo, 1997, 2000) – como método preferencial de ataque às vítimas, sendo o *stalker* o método menos vezes (8.3%) referido pelos ofensores. Por sua vez, na amostra em análise, o método que mais vezes é utilizado pelos agressores sexuais surge, apenas, em segundo lugar (24%)

Tendo em conta os estudos internacionais, é de referir o facto destes resultados para o método de ataque às vítimas não se inserirem em nenhum dos *scripts* propostos por Beauregard et al. (2007a), uma vez que em nenhum deles o método *stalker* surge como método de ataque mais vezes utilizado pelos ofensores sexuais. Da mesma forma, estes dados não apresentam qualquer correspondência, ao nível do método de ataque às vítimas, com os resultados obtidos por Beauregard et al. (2007b). E, finalmente, importa salientar que estes resultados estão em concordância com os que foram encontrados por Beauregard et al. (2010), na medida em que estes autores, tal como neste estudo, chegaram à conclusão que a maior parte dos agressores sexuais (39.7%) opta por um estilo de ataque do tipo *stalker*; no entanto, não deve ser esquecido o facto de que nesse estudo, também o método de ataque do tipo *ambusher* obteve uma percentagem igual (39.7%), o que, de certa forma, limita esta comparação.

Relativamente à análise entre grupos, verifica-se a existência de uma diferença altamente significativa entre eles, a qual está visivelmente demarcada entre os psicólogos e os agentes da PSP e todos os outros grupos em estudo. Tendo em conta as frequências obtidas, percebe-se que existe uma inclinação geral de todos os indivíduos que compõem os diferentes grupos desta amostra para o método de ataque às vítimas do tipo *stalker*. No entanto, a percentagem de psicólogos que considera que este método é

o mais utilizado pelos ofensores é claramente mais elevada (76%) relativamente aos restantes grupos, ao mesmo tempo que os agentes da PSP, apesar de na sua maioria escolherem este como método preferencial (44%), se situarem no pólo oposto, sendo esta percentagem significativamente mais baixa. Mais uma vez, estes resultados apenas são verificados no estudo desenvolvido por Beauregard et al. (2010), sendo que nem no referido estudo se verificou uma discrepância tão vincada entre o método de ataque às vítimas do tipo *stalker* (62.7%) e os restantes – *raptor* (13.3%) e *ambusher* (24%). Ao nível intra-grupal, é importante salientar o facto de que tanto a primeira escolha dos agentes da PSP – *stalker* (44%), como a segunda – *raptor* (40%), não correspondem aos resultados obtidos por Rebocho (2009) que caracterizam os agressores sexuais portugueses.

Critério de selecção de vítimas

No que diz respeito ao critério de selecção de vítimas, globalmente, observa-se que a maioria dos participantes considera que a escolhas das vítimas por parte dos ofensores é padronizada, isto é, 95% dos indivíduos que compõem a amostra consideram que as vítimas são escolhidas não ao acaso, sendo que esta escolha tem por base, na opinião dos participantes, as suas características físicas. Uma vez mais, estes resultados vão na direcção oposta daqueles encontrados por Rebocho (2009), uma vez que a autora referiu que 63.4% dos ofensores não faz uma escolha padronizada das suas vítimas, sendo estas escolhidas ao acaso.

Ao nível dos estudos internacionais, não se verifica a existência de correspondência relativamente ao critério de selecção de vítimas entre estes resultados e os dados obtidos por Beauregard et al. (2007a). Tendo em conta o estudo desenvolvido por Beauregard et al. (2007b), verifica-se uma concordância entre os resultados, na

medida em que a maior parte (74%) dos ofensores que constituem a amostra destes autores refere que a escolha das suas vítimas foi padronizada. No entanto, no que diz respeito ao critério específico que confere a padronização não existe consenso entre os resultados obtidos pelo estudo de Beauregard et al. (2007b) e este, na medida em que os autores concluíram que o critério que mais contribui para a escolha da vítima é a sua disponibilidade (45%), sendo que neste estudo a disponibilidade representa apenas 17.3% das respostas dos inquiridos. Por último, e seguindo a mesma linha de resultados, os dados obtidos neste estudo estão, também, em desacordo com os resultados obtidos por Beauregard et al. (2010), uma vez que, tal como Rebocho (2009), estes autores salientaram o facto da escolha das vítimas não ser padronizada (63%).

Tendo em conta a análise inter-grupal, é visível uma diferença altamente significativa entre os grupos que constituem a amostra em estudo, sendo que aqueles que mais se destacam são os estudantes do ensino secundário, os estudantes do ensino superior, os adultos com mais de 65 anos de idade e os agentes da PSP. Concretamente, todos os grupos referidos se situam numa escolha de vítimas padronizada, contrariando, assim, a maioria dos estudos mencionados, especialmente aquele que retrata a realidade portuguesa (Rebocho, 2009), à excepção da investigação levada a cabo por Beauregard et al. (2007b). Nos grupos de estudantes do ensino secundário (42%), estudantes do ensino superior (42%) e adultos com mais de 65 anos (46%), o padrão recai sobre as características físicas da vítima, embora nos dois primeiros o género também esteja representado de forma significativa – estudantes do ensino secundário (38%) e estudantes do ensino superior (40%); por outro lado, a maioria dos agentes da PSP (58%) considera que o critério que mais contribui para a selecção das vítimas é a disponibilidade das mesmas. Assim, no que diz respeito ao critério em específico, e tendo em conta que apenas o estudo desenvolvido por Beauregard et al. (2007b),

verifica-se que apenas o grupo dos agentes da PSP está de acordo com os autores mencionados.

Premeditação do crime

Ao nível da macro-análise e no que diz respeito à premeditação do crime, a maior parte dos indivíduos (55%) considera que o crime é planeado, embora, globalmente, as percentagens relativas à premeditação e não premeditação do crime (45%) estejam bastante equilibradas. Estes resultados estão em concordância com aqueles obtidos por Rebocho (2009), o que indica que a maior parte dos indivíduos que participaram neste estudo possuem uma imagem, acerca da premeditação deste tipo de ofensa, que espelha a realidade portuguesa.

Relativamente aos estudos desenvolvidos por autores estrangeiros, é de referir que os resultados aqui obtidos não apresentam qualquer correspondência, ao nível da premeditação do crime, com os dados referidos por Beauregard et al. (2007a) e por Beauregard et al. (2007b). Por outro lado, verifica-se uma discordância no que diz respeito aos resultados obtidos por Beauregard et al. (2010), já que estes autores concluíram que a maior parte destes crimes (61.6%) não é premeditada.

Quando a análise adquire um carácter mais inter-grupal, verifica-se a existência de uma diferença altamente significativa entre os grupos em estudo, destacando-se os estudantes do ensino secundário, os estudantes do ensino superior, os adultos acima dos 65 anos de idade e os agentes da PSP. Especificamente, os estudantes do ensino secundário (60%) e os estudantes do ensino superior (70%) consideram que este tipo de ofensas não é, na maioria das vezes, planeado, o que contraria os resultados obtidos por Rebocho (2009), ou seja, indo contra o que de facto se verifica para a realidade portuguesa; porém, estes dois grupos estão de acordo com os resultados encontrados por

Beauregard et al. (2010). Por outro lado, os grupos de adultos acima dos 65 anos de idade (78%) e de agentes da PSP (74%) referem que, na sua maioria, estas ofensas são planeadas, indo, assim, ao encontro dos resultados que caracterizam o processo predatório dos ofensores sexuais portugueses (Rebocho, 2009) e contrariando os resultados obtidos por Beauregard et al. (2010).

Proximidade com a vítima

De um modo geral, os indivíduos que completam a amostra deste estudo consideram que a maior parte das vítimas de crimes sexuais são desconhecidas, ou seja, 64.3% dos entrevistados pensa que o ofensor não conhece nem tem nenhum tipo de relação com as suas vítimas, sendo que tal acontece porque se as vítimas forem desconhecidas têm uma maior dificuldade na identificação do ofensor (59%). Estes resultados vão na direcção oposta àqueles obtidos por Rebocho (2009), uma vez que a autora refere que a maior parte das vítimas são conhecidas do ofensor (74%). No que diz respeito aos artigos de referência internacionais, deve acrescentar-se que em nenhum deles é mencionado este aspecto do processo predatório.

Tendo em conta a relação inter-grupal, é perceptível a existência de uma diferença muito significativa, na medida em que os agentes da PSP se destacam. Analisando as frequências obtidas para esta variável verifica-se uma tendência global e consistente de todos os grupos, à excepção dos agentes da PSP, para a classificação das vítimas como desconhecidas, o que contraria os resultados referentes à população de agressores sexuais portuguesa (Rebocho, 2009). Porém, este último grupo demarca-se dos restantes, considerando que, na sua maioria (60%), as vítimas de crimes sexuais são conhecidas do ofensor, indo ao encontro dos resultados obtidos por Rebocho (2009). Importa, ainda, referir que relativamente ao motivo pelo qual os ofensores escolhem

vítimas conhecidas ou desconhecidas, todas as frequências foram consistentes na escolha da maior dificuldade de identificação do ofensor no caso das vítimas desconhecidas, destacando-se o grupo dos agentes da PSP que, maioritariamente (36%), considera que os ofensores sexuais preferem vítimas conhecidas por terem um maior conhecimento das suas rotinas. Esta diferenciação justifica a existência de uma diferença altamente significativa entre os grupos em estudo.

Abordagem utilizada

No que diz respeito à macro-análise da variável *abordagem utilizada*, e tendo em conta a caracterização da amostra em estudo, percebe-se que a maior parte dos indivíduos considera que a abordagem mais frequentemente utilizada pelos agressores sexuais é a coerciva (54%). Quando comparados com os resultados que servem de referência ao contexto português (Rebocho, 2009), percebe-se a existência de uma discrepância entre os resultados de ambos na medida em que esse estudo aponta para que 47.7% dos agressores opte por uma estratégia de abordagem às vítimas de carácter manipulativo.

Relativamente aos estudos internacionais mencionados ao longo desta análise, deve salientar-se o facto destes resultados se inserirem no *script coercivo* descrito por Bearegard et al. (2007a), já que segundo estes autores os ofensores sexuais que se inserem neste *script* tendem manifestamente a utilizar abordagens do tipo coercivo, com recurso, especialmente, à violência física, o que não está de acordo com os resultados obtidos, uma vez que a maior parte dos participantes considera que, dentro da abordagem coerciva, a técnica mais frequentemente utilizada é a ameaça (44%). Por outro lado, estes resultados estão em desacordo com Bearegard et al. (2007b), na medida em que estes autores concluíram que, tal como Rebocho (2009), a maior parte

dos ofensores sexuais (48%) adopta uma abordagem do tipo manipulativo. Finalmente, e relativamente ao estudo desenvolvido por Beauregard et al. (2010) importa, apenas, referir que não existe correspondência entre estes resultados e os encontrados pelos autores, no que se diz respeito à abordagem utilizada pelos agressores sexuais.

Ao nível da análise inter-grupos, os resultados apontam para uma diferença altamente significativa entre os mesmos, sendo que os grupos que se destacam são os estudantes do ensino superior, os psicólogos e os agentes da PSP. Concretamente, os estudantes do ensino superior (62%) e os psicólogos (54%) consideram significativamente que a técnica de abordagem mais frequentemente utilizada pelos agressores sexuais é a ameaça, situando-se, assim, numa estilo de abordagem mais coercivo e contrariando os resultados obtidos por Rebocho (2009) que retratam a realidade portuguesa. De facto, apenas 34% dos estudantes do ensino superior e 44% dos psicólogos considera que estes ofensores optam, na sua maioria, por uma abordagem do tipo manipulativo quando, na realidade, essa é a opção mais frequente (47.7%) (Rebocho, 2009). Por outro lado, os resultados obtidos para estes dois grupos também não se encontram em concordância com nenhum dos estudos de referência realizados fora de Portugal. Por sua vez, os agentes da PSP (62%) consideram que o tipo de abordagem mais usada pelos ofensores sexuais é a manipulativa, apresentando, assim, consistência relativamente aos resultados obtidos por Rebocho (2009) para a população portuguesa, por Beauregard et al. (2007a) no seu *script manipulativo* e por Beauregard et al. (2007b). No que se refere à técnica de abordagem, em concreto, os agentes da PSP consideram que aquela que é mais vezes colocada em prática por este tipo de ofensores é a mentira/engano/falsa identidade (38%), o que é consistente com os dados obtidos por Beauregard et al. (2007b), nos quais é relatada uma preferência vincada (48%) pela utilização do embuste/falsa identidade.

Uma vez analisados os resultados obtidos relativamente às diferenças entre os grupos em estudo no que se refere às variáveis de comportamento predatório, importa agora discutir o impacto que resulta destes dados para cada um dos grupos em estudo. A determinação da inclusão de grupos específicos na amostra que serviu de base a esta investigação teve como objectivo, por um lado, verificar a existência ou não de diferenças significativas entre os referidos grupos no que diz respeito às suas percepções acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais e, por outro lado, perceber o quão eles, individual e globalmente, se aproximam da realidade portuguesa.

O grupo dos estudantes do ensino secundário corresponde aos indivíduos que frequentam um estabelecimento de ensino secundário e que tenham menos de 18 anos de idade. A decisão da inclusão deste grupo na amostra em análise deve-se ao facto da relevância da observação das percepções dos adolescentes, tendo em conta a faixa etária em que se situam, o seu nível de escolaridade e a sua maturidade. Este grupo é aquele que mais vezes se destaca com resultados significativos (57.1%) quando se tentam estabelecer diferenças entre grupos. No entanto, sempre que os resultados obtidos para este grupo são significativos eles não se revelam em concordância com os dados obtidos por Rebocho (2009), que caracterizam a realidade portuguesa. Por outras palavras, a percepção dos estudantes do ensino secundário acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais não correspondem ao que, de facto, é o seu modo de actuação, uma vez que, maioritariamente, as suas respostas contrapõem as respostas dos próprios agressores (Rebocho, 2009). Assim sendo, torna-se imperativo perceber o porquê da existência de uma imagem de tal forma distorcida entre os adolescentes, uma vez que este é um dos grupos de risco associados a esta problemática. Estarão os estabelecimentos de ensino a promover a veiculação de informação correcta e de forma

adequada? Qual o papel dos agentes educativos (pais, professores e pares) na construção desta imagem estereotipada? É necessário ter em consideração que se trata de adolescentes, cujo nível de instrução e a própria maturidade, que deriva da idade física e mental, pode levar a interpretações erróneas e distorcidas da realidade das agressões sexuais. É importante perceber até que ponto a informação chega aos adolescentes e se chega de forma correcta, sendo necessário abordar estas temáticas de forma directa e objectiva, para que seja possível prevenir situações de risco às quais eles se possam, involuntariamente, expor.

O grupo dos adultos é um dos quais não apresenta resultados significativos para nenhuma das variáveis de comportamento predatório analisadas. Este grupo, como já foi referido, é composto por indivíduos de nacionalidade portuguesa, com idade compreendida entre os 18 e os 65 anos, que não frequentem qualquer estabelecimento de ensino e que não exerçam nenhuma das profissões contempladas nos grupos em análise. Isto é, esta fatia da amostra engloba os indivíduos que constituem o grosso da sociedade portuguesa, na medida em que pretende representar o chamado *cidadão comum*, sendo, então, perceptível a importância que os seus resultados deveriam ter. Porém, o facto do grupo dos adultos não apresentar resultados significativos pode levar a concluir a sua pouca expressividade de respostas, que se traduz numa grande dispersão das mesmas, originando os resultados pouco concretos relativamente às suas percepções. Esta pouca expressividade de resultados poderá levar a concluir que estes indivíduos não possuem uma imagem definida e concreta do que será o comportamento predatório tido usualmente pelos agressores sexuais, o que, mais uma vez, poderá colocá-los em situações que possível risco, que os mesmos não percepcionem como tal. Seria, assim, interessante perceber o porquê desta imagem tão difusa acerca de uma informação que

deveria ser acessível e de fácil compreensão para todos, uma vez que é do interesse geral que cada um consiga assumir as suas próprias estratégias de prevenção quotidianas.

O grupo dos estudantes do ensino superior corresponde aos participantes que estejam a frequentar qualquer estabelecimento de ensino superior, sendo que a decisão de incluir tais indivíduos nesta amostra deveu-se ao facto de ser interessante comparar os resultados obtidos por este grupo com os outros, em especial com os estudantes do ensino secundário, tendo em conta a sua idade, a sua maturidade e nível de formação. Este grupo, a par do grupo dos estudantes do ensino secundário, surge bastantes vezes com resultados significativos (57.1%), sendo que sempre que isso se verifica os referidos resultados não estão de acordo com aqueles que foram obtidos por Rebocho (2009). Mais uma vez, se questiona aqui o porquê desta imagem tão distorcida da realidade portuguesa, destacando-se, novamente, o papel dos profissionais da educação e dos meios de veiculação da mesma como peças fundamentais para a sua correcta transmissão. Permanece, assim, a dúvida acerca do possível impacto da idade, da maturidade e do nível de formação nas percepções acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais, uma vez que estes resultados, sendo em tudo similares aos dos estudantes do ensino secundário, não fornecem qualquer tipo de pista que oriente para a existência de uma possível ligação entre estas variáveis e as de comportamento predatório analisadas.

Por sua vez, o grupo dos adultos com mais de 65 anos de idade, como o próprio nome indica, engloba os indivíduos que tenham idade igual ou superior a 65 anos e que nunca tenham exercido nenhuma das profissões contempladas nos grupos em estudo. Mais uma vez, seria interessante perceber se a faixa etária na qual estes participantes se encontram teria algum tipo de impacto nas suas percepções acerca das variáveis de comportamento predatório em análise. Porém, e tal como acontece com o grupo dos

adultos, não se verifica a existência de muitos resultados significativos (42.9%), tendo em conta o averiguar de diferenças entre os grupos. Mesmo assim, quando se verificam resultados com significância estatística, na sua maioria (66.7%) estão em desacordo com a realidade portuguesa (Rebocho, 2009). Esta escassez de resultados significativos salienta, mais uma vez, a existência de uma imagem pouco concreta e difusa da agressão sexual e de como esta se processa, embora não de forma tão vincada como no grupo dos adultos. Será que esta imagem estereotipada e que não corresponde de todo ao processo predatório dos agressores sexuais em Portugal está relacionada com a idade dos elementos que fazem parte deste grupo em específico? Ou será que, tal como nos grupos anteriores, este poderá ser um problema de falta de informação correcta? Poderão estes indivíduos com mais de 65 anos ter alguma dificuldade em acompanhar a evolução do crime sexual, em todas as suas vertentes? Mais uma vez, e sendo este um grupo vulnerável, é importante perceber até que ponto as pessoas com mais de 65 anos possuem a informação que lhes permite ter um comportamento defensivo e adequado perante as contingências e dinâmicas do crime sexual.

O grupo dos psicólogos diz respeito àqueles indivíduos que possuem formação superior ao nível da psicologia, estando a exercer essa mesma profissão. A relevância da análise das percepções deste grupo, em concreto, acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais reside no facto deste ser um grupo que possui uma relação privilegiada com este fenómeno. Os psicólogos podem ter contacto directo tanto com vítimas como com agressores, ao mesmo tempo que possuem uma formação que lhes permite entender o crime sexual de um ângulo distinto, mais objectivo e aprofundado. Tendo em conta tudo o que foi dito, seria de esperar que este grupo demonstrasse uma expressividade muito maior, assim como resultados congruentes com os que foram encontrados para a realidade portuguesa (Rebocho, 2009). No entanto, a percentagem de

resultados significativos no estabelecimento de diferenças entre grupos, relativamente às variáveis de comportamento predatório em análise, foi muito baixa (28.6%), revelando assim um conjunto de respostas pouco coeso, no qual a maioria das respostas contradizem o que a realidade nos diz (Rebocho, 2009). Esta é uma situação preocupante na medida em que estes profissionais, devido à sua relação privilegiada quer seja com vítimas ou com agressores, têm uma determinada responsabilidade social. Estarão estes profissionais a ter uma formação adequada no que se refere à realidade dos crimes sexuais? Como pode um grupo, que à partida estaria mais preparado do que todos os outros para entender esta problemática e interpretar correctamente a informação acerca da mesma, possuir uma imagem tão estereotipada do processo subjacente a uma agressão de cariz sexual? É crucial, então, perceber o porquê desta falta de informação ou desta interpretação errónea da mesma.

Finalmente, os agentes da PSP, como a própria designação indica, são todos os indivíduos que estejam a exercer funções neste organismo estatal. Tal como acontece com o grupo anterior, a relevância da inclusão de um grupo com estes participantes num estudo como este deve-se ao facto dos agentes da PSP terem, assim como os psicólogos, uma relação próxima e privilegiada quer com vítimas, quer com agressores. Estes indivíduos possuem um leque de informação vasta, diversificada e, muitas vezes, recolhida na primeira pessoa, de como se processa a maior parte das agressões sexuais em Portugal. De facto, este é o grupo com maior percentagem de resultados significativos (85.7%) no que se refere ao estabelecimento de diferenças entre grupos relativamente às variáveis de comportamento predatório. Mas apesar disso, 50% desses resultados significativos estão em desacordo com a realidade descrita por Rebocho (2009). Apesar de ainda se verificar neste grupo alguma tendência para se manterem colados o estereótipo que trespassa toda a amostra, verifica-se uma maior concordância

com os resultados que reflectem o *modus operandi* dos agressores sexuais portugueses, o que, de certa forma, reflecte uma melhor preparação para entender, trabalhar e combater a problemática da ofensa sexual. Mesmo assim, e tendo sempre presente que apenas metade dos resultados significativos estão em concordância com o estudo que serve de referência para a realidade portuguesa (Rebocho, 2009), é inquietante perceber que, mesmo possuindo a informação, os agentes da PSP ainda estão muito longe de perceberem o comportamento predatório dos ofensores sexuais tal como ele ocorre, na maioria das vezes.

De um modo global, e tendo em consideração a imagem do predador sexual que esta amostra detém, percebe-se que esta é uma imagem demasiado estereotipada que vê o agressor como alguém que sai de casa, da sua zona de conforto, deliberadamente à procura de uma vítima que lhe é desconhecida, mas que possui as características físicas que o atraem especialmente, perseguindo-as até encontrar um local favorável ao ataque e utilizando estratégias coercivas para as abordar. Por outro lado, e analisando o que uma amostra de ofensores descreveu como sendo o seu comportamento predatório (Rebocho, 2009), percebe-se que o agressor sexual é alguém que encontra as suas vítimas no decurso das suas actividades de rotina, num acto que, por norma, é espontâneo, escolhendo vítimas completamente ao acaso, mas que não lhe são desconhecidas; tendencialmente, ele ataca as suas vítimas em locais sobre os quais tem considerável controlo e utiliza estratégias manipulativas para as abordar. Esta discrepância entre os resultados obtidos e a realidade é extremamente preocupante, em primeiro lugar porque é necessário perceber de onde vem a falta de informação ou a veiculação de informação errada e, em segundo lugar, porque a imagem vinculada que a população possui pode ser prejudicial na avaliação do risco de determinadas situações.

Outro dado importante é o facto de muitas vezes estes resultados estarem em concordância com estudos levados a cabo no estrangeiro. Isto por si só, não seria relevante, não fosse o facto de serem amostras, resultados, características geo-espaciais e legislações distintas. Ou seja, apesar dos estudos mencionados (Beauregard et al., 2007a; Beauregard et al., 2007b; Beauregard et al., 2010) serem importantes para ser possível estabelecer uma comparação a nível internacional, é necessário perceber que a comparação desses mesmos resultados com estes está limitada, não podendo ser realizada sem que seja feita a ressalva de que se tratam de amostras com características distintas, sendo apenas possível fazer uma comparação parcial da realidade portuguesa com a estrangeira.

No entanto, não deixa de ser curioso o facto de os resultados dos estudos internacionais, nomeadamente os que reflectem a realidade canadiana, terem uma correspondência tão elevada com aqueles que foram encontrados para esta amostra. Porque será, então, que os indivíduos que compõem uma amostra portuguesa se revêem muito mais na realidade de outros países que não o seu? Será que a informação veiculada pelos média internacionais tem um impacto mais forte do que aquela que é transmitida pelos média nacionais? Torna-se assim imperativo perceber até que ponto a população portuguesa tem acesso à informação correcta e consegue interpretá-la de forma adequada, uma vez que o facto de possuírem uma noção tão enviesada acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais pode levar os indivíduos a colocarem-se, involuntariamente, em situações de risco.

Conclusão

A criminologia ambiental é uma vertente da criminologia que atribui ao contexto envolvente e situacional um papel fundamental para o evento criminal, na medida em que este é o resultado da conjugação de indivíduos com características próprias e elementos criminógenos da cena de crime (Brantingham & Brantingham, 1991; Rebocho, 2009). Esta área de conhecimento assenta em modelos descritivos fundamentais para a construção teórica do processo ofensivo (Polaschek et al., 2001).

Ao longo dos anos, diversos autores têm vindo a desenvolver estudos num esforço para explicar o comportamento geográfico dos ofensores (Holmes & De Burger, 1998; Hickey, 1991; Newton, 1992; Ressler, Burgess & Douglas, 1992; Canter & Larkin, 1993; Hazelwood & Warren, 2001; Beauregard et al., 2005), os quais permitiram obter um melhor entendimento do processo de tomada de decisão dos ofensores sexuais (Beauregard & Leclerc, 2007). Posteriormente, Rossmo (1997, 2000) desenvolveu uma tipologia de padrões predatórios que assenta no pressuposto de que “os criminosos violentos são predadores – eles procuram as suas vítimas de forma similar à qual os animais caçam as suas presas” (Rossmo, 2000, p. 135), havendo assim a necessidade do ofensor controlar as suas vítimas, utilizando métodos de busca e de ataque adequados às suas necessidades. Esta tipologia serve de base a este estudo, tendo em consideração as componentes ambiental e geográfica inerentes a cada crime, ao mesmo tempo que o conceito de padrão predatório proposto pelo autor (Rossmo, 2000) dá relevo à natureza dinâmica e à adaptabilidade das ofensas sexuais (Beauregard et al., 2007a; Rebocho, 2009).

A partir desta tipologia surgiram diversos estudos, destacando-se as investigações desenvolvidas por Beauregard et al. (2007a), Beauregard et al. (2007b), Rebocho (2009), Beauregard et al. (2010) e Rebocho e Gonçalves (2012). No contexto

deste estudo, o trabalho realizado por Rebocho (2009) assume uma importância crucial já que, em primeiro lugar, refere-se a uma população portuguesa, servindo assim de referência a este estudo, e, mais uma vez, enfatizou os aspectos geográficos do crime, assim como a sua relação com a componente comportamental do processo ofensivo. O trabalho de Rebocho (2009) demonstra concordância com a tipologia de padrões predatórios desenvolvida por Rossmo (1997, 2000) e com o modelo dinâmico de selecção de local de crime desenvolvido por Brantingham e Brantingham (1984, 1993).

Os dados relativos à amostra seleccionada para o desenvolvimento deste estudo permitiram perceber que a noção geral que os indivíduos possuem do ofensor sexual que actua em Portugal e do seu comportamento ofensivo é extremamente estereotipada, não correspondendo àquilo que é descrito por Rebocho (2009) como sendo o comportamento efectivamente, e maioritariamente, tido pelos referidos agressores. Os participantes descrevem este indivíduo como alguém que sai da sua zona de conforto – por outras palavras, sai de casa – com o objectivo específico de encontrar uma vítima, da qual não tem nenhum conhecimento prévio, mas que possui determinadas características físicas que para ele são fundamentais, perseguindo-as até um local que lhe é favorável para o ataque e fazendo uso de estratégias coercivas – mais concretamente, a ameaça – para as abordar.

Relativamente à existência de diferenças significativas entre os grupos em análise, é perceptível pelos resultados apresentados que as mesmas estão presentes, nesta amostra, para todas as variáveis de comportamento predatório, sendo que, na maioria dos casos, essas diferenças não reflectem, uma vez mais, os resultados obtidos por Rebocho (2009). Assim, podemos concluir que, de uma forma geral, todos os grupos apresentam discrepâncias significativas relativamente ao estudo que serve de referência para a realidade portuguesa. Estes resultados pressupõem a existência de uma

falta de informação generalizada ou, por outro lado, transmissão insuficiente, errada ou mal interpretada dessa mesma informação, implicando, assim, tanto os seus transmissores como os seus receptores. Consequentemente, este problema leva ao desenvolvimento de uma imagem vincada e estereotipada dos agressores sexuais e do seu processo ofensivo, imagem essa que perpassa pela maioria desta amostra, e que se revela preocupante, uma vez que ela pode acarretar riscos desnecessários, associados a situações de perigo que, devido à falta de informação correcta, não são percebidas como tal.

Ao nível dos contributos, e seguindo a mesma linha dos estudos já mencionados, esta investigação salientou as componentes geográfica e comportamental do evento criminal, assim como a importância do processo de tomada de decisão do ofensor. Por outro lado, e até ao limite da extensão do nosso conhecimento, este é o primeiro estudo, a nível nacional, que analisou a percepção da população, em geral e em grupos específicos, relativamente ao comportamento predatório dos agressores sexuais, permitindo, assim, perceber que a imagem que estes indivíduos possuem acerca desta temática é bastante enviesada, tendo em conta os resultados obtidos através dos próprios ofensores (Rebocho, 2009).

Os resultados obtidos com este trabalho poderão dar origem à elaboração de planos, ou de programas, interventivos e informativos, ou educativos, para a posterior prevenção de exposição voluntária a potenciais situações de risco, que não são percebidas como tal. Dito de outra forma, a vertente de sensibilização da população para potenciais riscos associados à falta de informação correcta, ou má interpretação da informação recebida, é valorizada através da obtenção de resultados com esta magnitude e significância. Por outro lado, esta investigação, assim como os seus resultados, abrem novas portas para o desenvolvimento de outros estudos que avaliem o impacto de

determinadas variáveis sócio-demográficas – como a idade, o género, as habilitações literárias, a actividade profissional, a prevalência de doença mental, a experiência prévia de vitimação e a existência de antecedentes criminais – nas variáveis de comportamento predatório analisadas ao longo deste estudo. Existe, também, a possibilidade do desenvolvimento de investigações que explorem as percepções abordadas neste trabalho em grupos específicos, mas distintos dos que aqui foram apontados, como é o caso de profissionais da educação (professores e educadores), profissionais da área jurídica (magistrados e advogados), profissionais da saúde (médicos e enfermeiros) e profissionais da área social (educadores sociais e assistentes sociais), uma vez que, em caso de agressão sexual, estas são áreas com um conhecimento específico e que, à partida, possuem um contacto privilegiado tanto com vítimas como com agressores. Por fim, seria, também, interessante avaliar e perceber o impacto que determinadas estruturas sociais, como os media ou as forças policiais, têm nas percepções que a população possui acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais; ou seja, em que medida as informações veiculadas por estes órgãos, a forma como eles o fazem, vai afectar aquilo que os indivíduos em geral consideram como sendo o comportamento usualmente tido pelos agressores sexuais.

Finalmente, e no que concerne às limitações subjacentes a esta investigação devem ser salientados três aspectos. Em primeiro lugar, é necessário fazer uma ressalva para o facto deste ser um estudo de carácter exploratório, o que, por si só, já limita de certa forma os resultados obtidos e que nos leva ao segundo aspecto: a amostra. Num estudo de carácter exploratório a amostra, por maior que seja, nunca é a totalidade da população. Desta forma, e apesar da sua dimensão nos permitir generalizar os resultados obtidos, deve sempre ter-se em atenção que a natureza desta análise não nos permite ir além do levantamento e interpretação da informação, com base no referencial teórico

existente. Por último, em investigações futuras seria conveniente ajustar o questionário utilizado no que diz respeito à categorização das diferentes opções, de forma a uniformizar as respostas e evitar enviesamentos das mesmas.

Referencias bibliográficas

Baldwin, J., & Bottoms, A. E. (1976). *The urban criminal: A study in Sheffield*. London: Tavistock Publications.

Beauregard, E., Proulx, J., & Rossmo, K. (2005). Spatial patterns of sex offenders: Theoretical, empirical, and practical issues. *Aggression and Violent Behavior, 10* (5), 579-603. doi: 10.1016/j.avb.2004.12.003.

Beauregard, E., & Leclerc, B. (2007). An application of the rational choice approach to the offending process of sex offenders: A closer look at the decision-making. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 19*, 115-133. doi: 10.1177/107906320701900204.

Beauregard, E., Proulx, J., Rossmo, D. K., Leclerc, B., & Allaire, J. F. (2007a). Script analysis of hunting process in serial sex offenders. *Criminal Justice and Behavior, 10* (8), 1069-1084. doi: 10.1177/0093854807300851.

Beauregard, E., Rossmo, D. K., & Proulx, J. (2007b). A descriptive model of the hunting process of serial sex offenders: A rational choice perspective. *Journal of Family Violence, 22* (6), 449-463. doi: 10.1007/s10896-007-9101-3.

Beauregard, E., Rebocho, M. F., & Rossmo, D. K. (2010). Target selection patterns in rape. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling, 7*, 137-152. doi: 10.1002/jip.117

Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (1984). *Patterns in crime*. New York: Macmillan.

Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (1991). *Environmental criminology*. Prospect Heights: Waveland Press.

Brantingham, P. L., & Brantingham, P. J. (1993). Environment, routine and situation: Towards a patterns theory of crime. In R. V. Clarke, & M. Felson (Eds.), *Routine activity and rational choice. Advances in criminological theory* (pp. 259-294). New Brunswick: Transaction Publishers.

Brantingham, P. L., & Brantingham, P. J. (2008). Crime pattern theory. In R. Wortley & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental criminology and crime analysis* (pp. 78-93). Devon: Willan Publishing.

Bullock, H. A. (1955). Urban homicide in theory and fact. *Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science*, 45 (5), 565-575.

Canter, D., & Larkin, P. (1993). The environmental range of serial rapists. *The Journal of Environmental Psychology*, 13 (1), 63-69. doi: 10.1016/S0272-4944(05)80215-4.

Canter, D. V. (1996). The environmental range of serial rapists. In Dartmouth Benchmark Series (Eds.), *Psychology in action* (pp. 217-230). Hantshire: Dartmouth Publishing Company.

Canter, D. (2003). *Mapping murder: Walking in killers' footsteps*. London: Virgin Books.

Canter, D. V. (2010). Offender profiling. In J. M. Brown, & E. A. Campbell (Eds.), *The Cambridge handbook of forensic psychology* (236-241). Cambridge: Cambridge University Press.

Capone, D. L., & Nichols, W. W. (1976). Urban structure and criminal mobility. *American Behavioral Scientist*, 20 (2), 199-213. doi: 10.1177/000276427602000203.

Clarke, R. V., & Felson, M. (1993). Introduction: Criminology, routine activity, and rational choice. In R. V. Clarke, & M. Felson (Eds.), *Routine activity and rational choice. Advances in criminological theory, Vol. 5* (pp. 1-14). New Brunswick: Transaction Publishers.

Clarke, R. V., & Eck, J. E. (2005). *Crime analysis for problem solvers in 60 small steps*. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice – Office of Community Oriented Policing Services. Retirado em 24 de Maio de 2012. Obtido em <http://www.popcenter.org/learning/60steps/>

Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44, 588-608.

Cornish, D. B. (1993). Theories of action in criminology: Learning theory and rational choice approach. In R. V. Clarke, & M. Felson (Eds.), *Routine activity and rational choice. Advances in criminological theory, Vol. 5* (pp.351-382). New Brunswick: Transaction Publishers.

Cornish, D. B., & Clarke, R. V. (1986). Introduction. In D. B. Cornish, & R. V. Clarke (Eds.), *The reasoning criminal: Rational choice perspectives on offending* (pp.1-16). New York: Springer-Verlag.

Cornish, D. B., & Clarke, R. V. (2008). The rational choice perspective. In R. Wortley, & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental criminology and crime analysis* (pp.21-47). Devon: Willan Publishing.

Felson, M. (1986). Linking criminal choices, routine activities, informal control, and criminal outcomes. In D. B. Cornish, & R. V. Clarke (Eds.). *The reasoning criminal: Rational choice perspectives on offending* (pp.119-128). New York: Springer-Verlag.

Felson, M. (2002). *Crime and everyday life* (3rd ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

Felson, M. (2008). Routine activity approach. In R. Wortley, & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental criminology and crime analysis* (pp. 70-77). Devon: Willan Publishing.

Hazelwood, R. R., & Warren, J. I. (2001). The sexual violent offender: Impulsive or ritualistic? In R. R. Hazelwood, & J. I. Warren (Eds.), *Practical aspects of rape investigation: A multidisciplinary approach* 3rd Ed (pp. 97-113). Boca Raton: CRC Press.

Hickey, E. W. (1991). *Serial murders and their victims*. Pacific Grove, CA: Brooks-Cole.

Holmes, R. M., & Holmes, S. T. (2008). *Profiling violent crimes: An investigative tool* (4th ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.

Holmes, R. M., & De Burger, J. (1988). *Serial murder*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.

Hubbard, R. (2011). The widespread misinterpretation of p-values as error probabilities. *Journal of Applied Statistics*, 38 (11), pp. 2617-2626. doi: 10.1080/02664763.2011.567245.

Lucier, P., Leclerc, B., Healey, J., & Proulx, J. (2008). Generality of deviance and predation: Crime-switching and specialization patterns in persistent sexual offenders. In M. DeLisi, & P. J. Conis (Eds.), *Violent offenders: Theory, research, public policy, and practice* (pp. 97-118). Sudbury, Ontario, Canada: Jones and Bartlett.

Lundrigan, S., & Canter, D. (2001). Spatial patterns of serial murder: An analysis of disposal site location choice. *Behavioral Sciences and Law, 19* (4), 595-610. doi: 10.1002/bsl.431.

Maguire, M., Morgan, R., & Reiner, R. (2007). *The Oxford handbook of criminology*. New York: Oxford University Press, Inc.

Newton, M. (1992). *Serial slaughter: What's behind America's murder epidemic?* Port Townsend, WA: Loompanics Unlimited.

Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (4ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Pokorny, A. D. (1965). A comparison of homicide in two cities. *Journal of Criminal Law, Criminology and Police Sciences, 56* (4), 479-487.

Polaschek, D. L. L., Hudson, S. M., Ward, T., & Siegert, R. J. (2001). Rapists' offense processes: A preliminary descriptive model. *Journal of Interpersonal Violence, 16* (6), 523-544. doi: 10.1177/088626001016006003.

Rebocho, M. F. (2009). The hunter and the hunted: a comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). Sexual predators and prey: A comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. *Journal of Interpersonal Violence* 27(14), 2770-2789. doi: 10.1177/0886260512438280

Ressler, R. K., Burgess, A. W., & Douglas, J. E. (1992). *Sexual homicide: Patterns and motives*. New York: The Free Press.

Roriz, F., Fernandes, A., & Ferreira, J. (2002). *Conceitos de estatística aplicada às ciências sociais, humanas e de gestão*. Maia: PUBLISMAI – Gabinete de Publicações do instituto Superior da Maia.

Rossmo, D. K. (1997). Geographic profiling. In J. L. Jackson, & D. A. Bekerian (Eds.), *Offender profiling: Theory, research and practice* (pp.159-175). Chichester: John Wiley & Sons.

Rossmo, D. K. (2000). *Geographic profiling*. Boca Raton: CRC Press.

Simon, L. M. J., & Zgoba, K. (2006). Sex crimes against children: Legislation, prevention and investigation. In R. Wortley, & S. Smallbone (Eds.), *Situational prevention of child sexual abuse, crime prevention studies, Vol. 19* (pp. 65-100). Monsey, NY: Criminal Justice Press.

Van der Kemp, J. J., & Van Koppen, P. J. (2007). Fine-Tuning Geographical Profiling. In R. N. Kocsis (Eds.), *Criminal profiling: International theory, research and practice* (347-364). Totowa, NJ: Humana Press Inc.

Wortley, R., & Mazerolle, L. (2008). Environmental criminology and crime analysis: Situating the theory, analytic approach and application. In R. Wortley, & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental criminology and crime analysis* (pp. 1-18). Devon: Willan Publishing.

Anexos

Anexo 1

Pedido de autorização de recolha de dados para adultos, estudantes do ensino superior e adultos com mais de 65 anos.

Pedido de autorização

Exmos. Srs.,

No âmbito da realização do estudo de dissertação de mestrado da aluna Patrícia Marlene Costa Silva, inscrita no Mestrado em Psicologia Jurídica, na Universidade Fernando Pessoa, vimos por este meio pedir a vossa colaboração, através do preenchimento de um questionário de auto-relato, composto por 14 questões de resposta fechada. Os dados recolhidos serão, então, submetidos a tratamento e análise estatística, de forma a serem atingidos os objectivos a que nos propomos.

Salienta-se o facto dos dados recolhidos serem confidenciais e anónimos, destinando-se única e exclusivamente ao tratamento estatístico.

O estudo supracitado tem como objectivo aferir as percepções da população em geral no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais. A importância de uma investigação neste âmbito prende-se com o facto de não haver estudos a nível nacional que abordem esta questão. É, então, pertinente que se averigüe o que é que a população em geral considera como sendo o comportamento usualmente tido pelos agressores sexuais, de modo a ser possível fazer uma prevenção mais activa e direccionada aos diferentes grupos sociais, no que se refere aos possíveis comportamentos de risco a que as crenças acerca dos mesmos podem levar.

Agradecemos, desde já, a vossa compreensão e colaboração.

Patrícia Silva,

Universidade Fernando Pessoa.

Tomei conhecimento e aceito participar do estudo de dissertação de mestrado acerca das percepções da população em geral no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais.

_____ de _____ de 2011.

_____.

Anexo 2

Pedido de autorização de recolha de dados para estudantes do ensino secundário.

Pedido de autorização

Exmo. Sr. Presidente do Concelho Executivo,

No âmbito da realização do estudo de dissertação de mestrado da aluna Patrícia Marlene Costa Silva, inscrita no Mestrado em Psicologia Jurídica, na Universidade Fernando Pessoa, vimos por este meio pedir que nos seja facultada autorização para recolher neste estabelecimento de ensino amostra para o estudo em questão.

A amostra será recolhida de forma aleatória por conveniência, entre as turmas do ensino secundário (10º, 11º e 12º ano). Será aplicado um questionário de auto-relato aos alunos, composto por 14 questões de resposta rápida e fechada. Os dados recolhidos serão, então, sujeitos a tratamento e análise estatística, numa perspectiva quantitativa, com recurso ao SPSS.

O estudo supracitado tem como objectivo aferir as percepções da população em geral no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais. A importância de uma investigação neste âmbito prende-se com o facto de não haver estudos a nível nacional que abordem esta questão. É, então, pertinente que se averigüe o que é que a população em geral considera como sendo o comportamento usualmente tido pelos agressores sexuais, de modo a ser possível fazer uma prevenção mais activa e direccionada aos diferentes grupos sociais, no que se refere aos possíveis comportamentos de risco a que as crenças acerca dos mesmos podem levar. Daí a importância da avaliação das percepções dos adolescentes no âmbito deste projecto, num óptica pró-activa de prevenção.

Agradecemos, desde já, a vossa compreensão e colaboração.

Patrícia Silva,

Universidade Fernando Pessoa.

Tomei conhecimento e autorizo a recolha neste estabelecimento de ensino da amostra para o estudo de dissertação de mestrado acerca das percepções da população em geral no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais.

_____ de _____ de 2011.

_____.

Anexo 3

Pedido de autorização de recolha de dados para psicólogos e agentes da PSP.

Pedido de autorização

Exmos. Srs.,

No âmbito da realização do estudo de dissertação de mestrado da aluna Patrícia Marlene Costa Silva, inscrita no Mestrado em Psicologia Jurídica, na Universidade Fernando Pessoa, vimos por este meio pedir a vossa colaboração, através do preenchimento de um questionário de auto-relato, composto por 14 questões de resposta fechada. Os dados recolhidos serão, então, submetidos a tratamento e análise estatística, de forma a serem atingidos os objectivos a que nos propomos.

O estudo supracitado tem como objectivo aferir as percepções da população em geral no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais, mais concretamente de grupos profissionais específicos que têm um contacto mais directo com esta realidade, e cuja experiência e competências específicas lhes conferem uma perspectiva particular e distinta sobre este fenómeno. A importância de uma investigação neste âmbito prende-se com o facto de não haver estudos a nível nacional que abordem esta questão.

É, então, pertinente que se averigúe o que é considerado como sendo o comportamento usualmente tido pelos agressores sexuais, de modo a ser possível delinear e, possivelmente numa fase posterior, implementar estratégias de prevenção direccionadas aos diferentes grupos sociais, no que se refere aos possíveis comportamentos de risco a que as crenças acerca dos mesmos podem levar.

Agradecemos, desde já, a vossa compreensão e colaboração.

Patrícia Silva,
Universidade Fernando Pessoa.

Tomei conhecimento e aceito participar do estudo de dissertação de mestrado acerca das percepções da população em geral no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais.

_____ de _____ de 2011.

_____.

Anexo 4

Termo de consentimento informado para participantes com menos de 18 anos de idade.

Termo de consentimento informado

No âmbito da realização do estudo de dissertação de mestrado da aluna Patrícia Marlene Costa Silva, inscrita no Mestrado em Psicologia Jurídica, na Universidade Fernando Pessoa, vimos por este meio pedir a autorização dos encarregados de educação para que os seus educandos possam participar neste estudo. A participação basear-se-á no preenchimento de um questionário de auto-relato, com 14 questões de resposta fechada; os dados recolhidos serão, então, sujeitos a tratamento e análise estatística.

O estudo supracitado tem como objectivo aferir as percepções da população em geral no que se refere ao comportamento predatório dos agressores sexuais. A importância de uma investigação neste âmbito prende-se com o facto de não haver estudos a nível nacional que abordem esta questão. É, então, pertinente que se averigüe o que é que a população em geral considera como sendo o comportamento usualmente tido pelos agressores sexuais, de modo a ser possível fazer uma prevenção mais activa e direccionada aos diferentes grupos sociais, no que se refere aos possíveis comportamentos de risco a que as crenças acerca dos mesmos podem levar. Daí a importância da avaliação das percepções dos adolescentes no âmbito deste projecto, num óptica pró-activa de prevenção.

Agradecemos, desde já, a vossa compreensão e colaboração.

Patrícia Silva,

Universidade Fernando Pessoa.

.....

Eu, _____, encarregado de
educação do aluno (a) _____, n.º _____,
da turma ____ (ou o aluno com mais de 18 anos), autorizo o meu educando a participar
na dissertação de mestrado cujo objectivo é avaliar as percepções da população em geral
acerca do comportamento predatório dos abusadores sexuais.

_____, ____ de _____ de 2011,
_____.

Anexo 5

Questionário de recolha de dados para o estudo *Percepções da população portuguesa acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais.*

Percepções da população em geral acerca do comportamento predatório dos agressores sexuais.

Os dados recolhidos através deste questionário são confidenciais e anónimos, destinando-se única e exclusivamente ao tratamento estatístico.

1. Informação sócio demográfica

1.1 Idade _____

1.2 Género

F M

1.3 Habilitações literárias

Sem escolaridade 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano

6º ano 7º ano 8º ano 9º ano 10º ano 11º ano 12º ano

Licenciatura Mestrado Doutoramento Outro Qual? _____.

1.4 Profissão _____

1.5 Sofre, ou alguma vez sofreu, de alguma doença mental?

Sim Qual? _____ Não

1.6 Já foi vítima de crime:

Não violento Violento Sexual Outro Qual? _____

1.7 Alguma vez foi detido, interrogado ou condenado por crime:

Não violento Violento Sexual Outro Qual? _____

2. Tipologia do comportamento predatório

Selecione o comportamento que considera mais frequentemente, no que se refere ao:

2.1 Método de procura de vítimas:

2.1.1 Procuram vítimas em zonas que conhecem bem, sem ter a certeza de que as vão encontrar ou não.

2.1.2 Procuram vítimas onde têm a certeza que as vão encontrar, mesmo que não conheçam bem essa zona (exemplo: zonas de prostituição, zonas escolares, pólos universitários, zonas de bares/vida nocturna).

2.1.3 Encontram vítimas por acaso enquanto cumprem as suas actividades quotidianas.

2.1.4 Encontram vítimas através do seu local de trabalho (exemplo: professores, amas, médicos, enfermeiras, trabalhadores do comércio, etc.).

2.1.5 Atraem vítimas à sua casa ou local de trabalho através de engodos ou subterfúgios.

2.2 Método de ataque às vítimas:

2.2.1 Atacam as vítimas logo que as encontram.

2.2.2 Perseguem as vítimas à espera de um momento oportuno para atacar.

2.2.3 Armam emboscadas às vítimas em locais que eles controlam e onde as atacam.

3. Selecção de vítimas

Ordene por ordem de frequência (do que acontece mais frequentemente para o que acontece menos frequentemente) os motivos que são tidos em consideração por parte do abusador sexual aquando da escolha das vítimas.

- 3.1** Disponibilidade (exemplo: vítima acessível).
- 3.2** Género.
- 3.3** Localização.
- 3.4** Etnia.
- 3.5** Características físicas.
- 3.6** Vestuário provocante.
- 3.7** Vulnerabilidade (exemplo: embriagada, sozinha, perdida, etc.).
- 3.8** Não existem razões específicas, é ao acaso.

4. Premeditação

Considera que a maior parte destes ofensores:

- 4.1** Planeia o crime
- 4.2** Não planeia o crime, sendo este fruto do acaso e/ou das circunstâncias

5. Proximidade

Considera que a maior parte destes ofensores prefere vítimas:

- 5.1** Conhecidas.
- 5.2** Desconhecidas.

6. Motivo da escolha

A escolha de vítimas conhecidas ou desconhecidas é feita devido à:

- 6.1** Maior facilidade de manipulação.
- 6.2** Maior conhecimento face às rotinas da vítima.
- 6.3** Maior dificuldade na identificação do ofensor.
- 6.4** Proximidade da vítima.
- 6.5** Disponibilidade da vítima.
- 6.6** Menor probabilidade de aparecimento de sentimentos como remorso ou arrependimento.

7. Abordagem utilizada

Ordene por ordem de frequência (do que acontece mais frequentemente para o que acontece menos frequentemente) a abordagem feita às vítimas, nos casos de ofensas sexuais:

- 7.1** Manipulativa, sedutora, com eventual recurso a dádivas de dinheiro ou presentes.
- 7.2** Mentira, engano, falsa identidade.
- 7.3** Uso de álcool ou drogas.
- 7.4** Ameaça.
- 7.5** Violência física.

Grata pela colaboração,

Patrícia Silva.

Universidade Fernando Pessoa.

Anexo 6

Tabela 1 – Análise descritiva da variável *idade*.

Tabela 1

Análise descritiva da variável idade.

Idade	N	Min.	Max.	M	DP
Estudantes ensino secundário	50	15	18	16.80	.857
Adultos	50	24	59	37.84	9.345
Estudantes ensino superior	50	19	40	23.68	3.588
Adultos acima 65 anos	50	65	84	71.92	5.146
Psicólogos	50	25	52	34.00	6.571
Agentes PSP	50	28	59	39.30	7.622
Amostra total	300	15	84	37.26	18.486

Anexo 7

Tabela 2 – Frequências da variável *faixas etárias*.

Anexo 8

Tabela 3 – Frequências da variável *género*.

Tabela 3

Frequências da variável género.

Género	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Feminino	158	52.7	26	52.0	28	56.0	26	52.0	24	48.0	33	66.0	21	42.0
Masculino	142	47.3	24	48.0	22	44.0	24	48.0	26	52.0	17	34.0	29	58.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 9

Tabela 4 – Frequências da variável *habilitações literárias*.

Tabela 4

Frequências da variável habilitações literárias.

Habilitações Literárias	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
S/ escolaridade	11	3.7	0	.0	0	.0	0	.0	11	22.0	0	.0	0	.0
E. básico	34	11.3	0	.0	4	8.0	0	.0	30	60.0	0	.0	0	.0
E. preparatório	41	13.7	16	32.0	20	40.0	0	.0	5	10.0	0	.0	0	.0
E. secundário	129	43.0	34	68.0	20	40.0	27	54.0	3	6.0	0	.0	45	90.0
Licenciatura	64	21.3	0	.0	4	8.0	23	46.0	1	2.0	31	62.0	5	10.0
Mestrado	21	7.0	0	.0	2	4.0	0	.0	0	.0	19	38.0	0	.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. S/ escolaridade = Sem escolaridade. E. básico = ensino básico. E. preparatório = Ensino preparatório. E. secundário = E. secundário. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 10

Tabela 5 – Frequências da variável *actividade profissional*.

Tabela 5

Frequências da variável actividade profissional.

Actividade profissional	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
S. primário	1	.3	0	.0	1	2.0	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0
S. secundário	5	1.7	0	.0	5	10.0	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0
S. terciário	133	44.3	0	.0	32	64.0	0	.0	1	2.0	50	100.0	50	100.0
Estudantes	100	33.3	50	100.0	0	.0	50	100.0	0	.0	0	.0	0	.0
S/ prof. def.	61	20.3	0	.0	12	24.0	0	.0	49	98.0	0	.0	0	.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. S. primário = Sector primário. S. secundário = Sector secundário. S. terciário = Sector terciário. S/ prof. def. = Sem profissão definida. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 11

Tabela 6 – Frequências da variável *prevalência de doença mental*.

Tabela 6

Frequências da variável prevalência de doença mental.

Prevalência de doença mental	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	.7	0	.0	0	.0	0	.0	2	4.0	0	.0	0	.0
Não	298	99.3	50	100.0	50	100.0	50	100.0	48	96.0	50	100.0	50	100.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 12

Tabela 7 – Frequências da variável *diagnóstico da doença mental*.

Tabela 7

Frequências da variável diagnóstico da doença mental.

Diagnóstico doença mental	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alzheimer	2	.7	0	.0	0	.0	0	.0	2	4.0	0	.0	0	.0
Nenhuma	298	99.3	50	100.0	50	100.0	50	100.0	48	96.0	50	100.0	50	100.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo13

Tabela 8 – Frequências da variável *experiência prévia de vitimação*.

Tabela 8

Frequências da variável experiência prévia de vitimação.

Experiência prévia de vitimação	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	145	48.3	43	86.0	22	44.0	29	58.0	22	44.0	21	42.0	8	16.0
Não violento	136	45.3	7	14.0	27	54.0	21	42.0	27	54.0	29	58.0	25	50.0
Violento	19	6.3	0	.0	1	2.0	0	.0	1	2.0	0	.0	17	34.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 14

Tabela 9 – Frequências da variável *antecedentes criminais*.

Tabela 9

Frequências da variável antecedentes criminais.

Antecedentes criminais	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	274	91.3	50	100.0	48	96.0	49	98.0	49	98.0	50	100.0	28	56.0
Não violento	3	1.0	0	.0	2	4.0	1	2.0	0	.0	0	.0	0	.0
Outro	23	7.7	0	.0	0	.0	0	.0	1	2.0	0	.0	22	44.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. Outro = Na qualidade de testemunha. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 15

Tabela 10 – Frequências da variável *método de procura de vítimas*.

Tabela 10

Frequências da variável método de procura de vítimas.

Método procura de vítimas	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E: E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Hunter	113	37,7	10	20.0	15	30.0	22	44.0	12	24.0	24	48.0	30	60.0
Poacher	107	35.7	29	58.0	20	40.0	14	28.0	25	50.0	13	26.0	6	12.0
Troller	30	10.0	3	6.0	5	10.0	5	10.0	5	10.0	6	12.0	6	12.0
Trapper	50	16.7	8	16.0	10	20.0	9	18.0	8	16.0	7	14.0	8	16.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 16

Tabela 11 – Frequências da variável *método de ataque às vítimas*.

Tabela 11

Frequências da variável método de ataque às vítimas.

Método ataque às vítimas	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Raptor	40	13.3	9	18.0	2	4.0	2	4.0	6	12.0	1	2.0	20	40.0
Stalker	188	62.7	30	60.0	34	68.0	34	68.0	30	60.0	38	76.0	22	44.0
Ambusher	72	24.0	11	22.0	14	28.0	14	28.0	14	28.0	11	22.0	8	16.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 17

Tabela 12 – Frequências da variável *critério de selecção de vítimas*.

Tabela 12

Frequências da variável critério de selecção de vítimas.

Critério de selecção de vítimas	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Disp.	52	17.3	4	8.0	9	18.0	3	6.0	3	6.0	4	8.0	29	58.0
Género	85	28.3	19	38.0	16	32.0	20	40.0	11	22.0	16	32.0	3	6.0
Localização	20	6.7	0	.0	2	4.0	3	6.0	9	18.0	6	12.0	0	.0
Etnia	2	.7	0	.0	2	4.0	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0
Características	101	33.7	21	42.0	16	32.0	21	42.0	23	46.0	15	30.0	5	10.0
Vestuário	12	4.0	3	6.0	4	8.0	2	4.0	1	2.0	2	4.0	0	.0
Vulnerab.	13	4.3	1	2.0	0	.0	0	.0	0	.0	2	4.0	10	20.0
Ao acaso	15	5.0	2	4.0	1	2.0	1	2.0	3	6.0	5	10.0	3	6.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. Disp. = Disponibilidade. Características = Características físicas. Vestuário = Vestuário provocante. Vulnerab. = Vulnerabilidade. Ao acaso = Não existem razões específicas. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 18

Tabela 13 – Frequências da variável *premeditação do crime*.

Tabela 13

Frequências da variável premeditação do crime.

Premeditação do crime	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Planeia o crime	165	55.0	20	40.0	27	54.0	15	30.0	39	78.0	27	54.0	37	74.0
Não planeia o crime	135	45.0	30	60.0	23	46.0	35	70.0	11	22.0	23	46.0	13	26.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 19

Tabela 14 – Frequências da variável *proximidade com a vítima*.

Tabela 14

Frequências da variável proximidade com a vítima.

Proximidade com a vítima	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Conhecidas	107	35.7	13	26.0	19	38.0	14	28.0	15	30.0	16	32.0	30	60.0
Desconhecidas	193	64.3	37	74.0	31	62.0	36	72.0	35	70.0	34	68.0	20	40.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100,0

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 20

Tabela 15 – Frequências da variável *motivo da escolha da proximidade*.

Tabela 15

Frequências da variável motivo da escolha da proximidade.

Motivo da escolha da proximidade	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
>Manip.	78	26.0	12	24.0	16	32.0	14	28.0	12	24.0	16	32.0	8	16.0
>Conhecim.	25	8.3	0	.0	4	8.0	0	.0	3	6.0	0	.0	18	36.0
>Dif. identif.	177	59.0	35	70.0	27	54.0	36	72.0	33	66.0	31	62.0	15	30.0
Prox.	6	2.0	1	2.0	1	2.0	0	.0	0	.0	0	.0	4	8.0
Disp.	9	3.0	0	.0	2	4.0	0	.0	0	.0	2	4.0	5	10.0
<Remorsos/arrependimento	5	1.7	2	4.0	0	.0	0	.0	2	4.0	1	2.0	0	.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. >Manip. = Maior facilidade de manipulação. >Conhecim. = Maior conhecimento das rotinas das vítimas. >Dif. identif. = Maior dificuldade na identificação do ofensor. Prox. = Proximidade. Disp. = Disponibilidade. <Remorsos/arrependimento = Menor probabilidade de aparecimento de sentimentos como remorsos ou arrependimento. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 21

Tabela 16 – Frequências da variável *abordagem utilizada*.

Tabela 16

Frequências da variável abordagem utilizada.

Abordagem utilizada	Amostra		E. E. Sec.		Adultos		E. E. Sup.		Adultos > 65		Psic.		PSP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Manip.	95	31.7	16	32.0	19	38.0	17	34.0	13	26.0	22	44.0	8	16.0
Mentira	26	8.7	0	.0	4	8.0	0	.0	3	6.0	0	.0	19	38.0
Álcool/drogas	17	5.7	10	20.0	1	2.0	0	.0	2	4.0	0	.0	4	8.0
Ameaça	132	44.0	17	34.0	24	48.0	31	62.0	24	48.0	27	54.0	9	18.0
Violência	30	10.0	7	14.0	2	4.0	2	4.0	8	16.0	1	2.0	10	20.0
Total	300	100.0	50	100.0	50	100,0	50	100.0	50	100.0	50	100.0	50	100.0

Nota. Manip. = Manipulativa, sedutora, com eventual recurso a dádivas. Mentira = Mentira, engano e falsa identidade. Álcool/drogas = Uso de álcool ou drogas. Violência = Violência física. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Psic. = Psicólogos. PSP = Agentes da PSP.

Anexo 22

Tabela 17 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao método de procura de vítimas.

Tabela 17

Comparação dos grupos em estudo relativamente ao método de procura de vítimas.

Grupos em estudo	Método de procura de vítimas								χ^2	Sig.
	Hunter		Poacher		Troller		Trapper			
	N	%	N	%	N	%	N	%		
E. E. Sec.	10	3.3	29	9.7	3	1.0	8	2.7	37.935	.001**
Adultos	15	5.0	20	6.7	5	1.7	10	3.3		
E. E. Sup.	22	7.3	14	4.7	5	1.7	9	3.0		
Adultos > 65	12	4.0	25	8.3	5	1.7	8	2.7		
Psicólogos	24	8.0	13	4.3	6	2.0	7	2.3		
Agentes PSP	30	10.0	6	2.0	6	2.0	8	2.7		
Total	113	37.6	107	35.7	30	10.0	50	16.7		

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Anexo 23

Tabela 18 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao método de ataque às vítimas.

Tabela 18

Comparação dos grupos em estudo relativamente ao método de ataque às vítimas.

Grupos em estudo	Método de ataque às vítimas						χ^2	Sig.
	Raptor		Stalker		Ambusher			
	N	%	N	%	N	%		
E. E. Sec.	9	3.0	30	10.0	11	3.7	46.166	.000***
Adultos	2	.7	34	11.3	14	4.7		
E. E. Sup.	2	.7	34	11.3	14	4.7		
Adultos > 65 ³	6	2.0	30	10.0	14	4.7		
Psicólogos	1	.3	38	12.7	11	3.7		
Agentes PSP	20	6.7	22	7.3	8	2.7		
Total	40	13.3	188	62.7	72	24.0		

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Anexo 24

Tabela 19 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao critério de selecção de vítimas.

Tabela 19

Comparação dos grupos em estudo relativamente ao critério de selecção de vítimas.

Grupos em estudo	Critério de selecção de vítimas																χ^2	Sig.
	Disp.		Género		Localização		Etnia		Características		Vestuário		Vulnerab.		Ao acaso			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
E. E. Sec.	4	1.3	19	6.3	0	.0	0	.0	21	7.0	3	1.0	1	.3	2	.7		
Adultos	9	3.0	16	5.3	2	.7	2	.7	16	5.3	4	1.3	0	.0	1	.3		
E. E. Sup.	3	1.0	20	6.7	3	1.0	0	.0	21	7.0	2	.7	0	.0	1	.3		
Adultos > 65	3	1.0	11	3.7	9	3.0	0	.0	23	7.7	1	.3	0	.0	3	1.0	161.132	.000***
Psicólogos	4	1.3	16	5.3	6	2.0	0	.0	15	5.0	2	.7	2	.7	5	1.7		
Agentes PSP	29	9.7	3	1.0	0	.0	0	.0	5	1.7	0	.0	10	3.3	3	1.0		
Total	52	17.3	85	28.3	20	6.7	2	.7	101	33.7	12	4.0	13	4.3	15	5.0		

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos. Disp. = disponibilidade. Características = características físicas. Vestuário = vestuário provocante. Vulnerab. = vulnerabilidade. Ao acaso = não existem razões específicas. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Anexo 25

Tabela 20 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente à premeditação do crime.

Tabela 20

Comparação dos grupos em estudo relativamente à premeditação do crime.

Grupos em estudo	Premeditação do crime				χ^2	Sig.
	Planeia o crime		Não planeia o crime			
	N	%	N	%		
E. E. Sec.	20	6.7	30	10.0		
Adultos	27	9.0	23	7.7		
E. E. Sup.	15	5.0	35	11.7		
Adultos > 65	39	13.0	11	3.7	35.192	.000***
Psicólogos	27	9.0	23	7.7		
Agentes PSP	37	12.3	13	4.3		
Total	165	55.0	135	45.0		

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Anexo 26

Tabela 21 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente à proximidade com a vítima.

Tabela 21

Comparação dos grupos em estudo relativamente à proximidade com a vítima.

Grupos em estudo	Proximidade com a vítima				χ^2	Sig.
	Conhecida		Desconhecida			
	N	%	N	%		
E. E. Sec.	13	4.3	37	12.3		
Adultos	19	6.3	31	10.3		
E. E. Sup.	14	4.7	36	12.0		
Adultos > 65	15	5.0	35	11.7	17.331	.004**
Psicólogos	16	5.3	34	11.3		
Agentes PSP	30	10.0	20	6.7		
Total	107	35.7	193	64.3		

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Anexo 27

Tabela 22 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente ao motivo da escolha da proximidade.

Tabela 22

Comparação dos grupos em estudo relativamente ao motivo da escolha da proximidade.

Grupos em estudo	Motivo da escolha da proximidade												χ^2	Sig.
	>Manip.		>Conhecim.		>Dif. identif.		Prox.		Disp.		<Remorsos/arrependimen to			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
E. E. Sec.	12	4.0	0	.0	35	11.7	1	.3	0	.0	2	.7	103.387	.000***
Adultos	16	5.3	4	1.3	27	9.0	1	.3	2	.7	0	.0		
E. E. Sup.	14	4.7	0	.0	36	12.0	0	.0	0	.0	0	.0		
Adultos > 65	12	4.0	3	1.0	33	11.0	0	.0	0	.0	2	.7		
Psicólogos	16	5.3	0	.0	31	10.3	0	.0	2	.7	1	.3		
Agentes PSP	8	2.7	18	6.0	15	5.0	4	1.3	5	1.7	0	.0		
Total	78	26.0	25	8.3	177	59.0	6	2.0	9	3.0	5	1.7		

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos.

>Manip. = maior facilidade de manipulação. >Conhecim. = maior conhecimento das rotinas da vítima. >Dif. identif. = maior dificuldade na identificação do ofensor. Prox. = proximidade da vítima. Disp. = disponibilidade da vítima. <Remorsos/arrependimento = menor probabilidade de aparecimento de sentimentos como remorsos ou arrependimento. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Anexo 28

Tabela 23 – Comparação dos diferentes grupos em estudo relativamente à abordagem utilizada.

Tabela 23

Comparação dos grupos em estudo relativamente à abordagem utilizada.

Grupos em estudo	Abordagem utilizada										χ^2	Sig.
	Manipulativa/sedutora		Mentira, engano, falsa identidade		Álcool ou drogas		Ameaça		Violência física			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
E. E. Sec.	16	5.3	0	.0	10	3.3	17	5.7	7	2.3		
Adultos	19	6.3	4	1.3	1	.3	24	8.0	2	.7		
E. E. Sup.	17	5.7	0	.0	0	.0	31	10.3	2	.7		
Adultos > 65	13	4.3	3	1.0	2	.7	24	8.0	8	2.7	124.688	.000***
Psicólogos	22	7.3	0	.0	0	.0	27	9.0	1	.3		
Agentes PSP	8	2.7	19	6.3	4	1.3	9	3.0	10	3.3		
Total	95	31.7	26	8.7	17	5.7	132	44.0	30	10.0		

Nota. E. E. Sec. = Estudantes do ensino secundário. E. E. Sup. = Estudantes do ensino superior. Adultos > 65 = Adultos acima dos 65 anos.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

